

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 019/2016-PMFP ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR.

Comissão Permanente de Licitação Nomeada pela Decreto nº. 068/2016, composta pelos senhores: Haydiane Cristina Bora, Pedro Ricardo Santos e Mauro Augusto Musiat.

Comissão Técnica de Licitação Nomeada pela Portaria nº. 146/2016, composta pelos senhores: Juarez Miguel da Silva, Sidnei Antônio de Lima e Jaqueline Klutikoski.

DATA PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO TECNICA E PROPOSTA DE PREÇO ATÉ AS 09h:30m. DO DIA 02 de Dezembro de 2016. NÃO SERÁ ACEITO PROTOCOLO APÓS ESSE HORARIO.

Data de Emissão: 28 de Outubro de 2016 Data de abertura: 02 de Dezembro de 2016.

Horário: 09:30 horas.

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.619.323/0001-20, com sede à Av. Remis João Loss, 600 - Centro, fone nº. (42) 3459-1109, através da Comissão de Licitação, disponibiliza a vossa senhoria o edital de Licitação modalidade Tomada de Preços, por lote, a realizar-se na Prefeitura Municipal, conforme descrito neste edital. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e ainda, a Lei Complementar nº 123/06.

REGIME DE EXECUÇÃO: POR LOTE TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO.

1. OBJETO, VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 1.1 O objeto da licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO 01 DO REFERIDO EDITAL.
- **1.2** Os serviços deverão ser executados de acordo com o termo de referência que fazem parte integrante do presente Edital.
- **1.3** O valor total máximo desta licitação é de R\$ 91.200,00 (Noventa e um mil e duzentos Reais), divididos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, incluindo todos os serviços objeto deste certame.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

1.4 Os recursos para execução do objeto deste Edital correrão as expensas deste Município de Fernandes Pinheiro-PR, através da Dotação Orçamentária:

05 SECRETARIA DE FINANÇAS
05.001 SECRETARIA DE FINANÇAS
04.123.0201.2007 MANTER A SECRETARIA DE FINANÇAS
3.3.90.39.11.00 LOCAÇÃO DE SOFTWARES
00370 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Os documentos que integram o presente EDITAL estão dispostos em 13 (treze) anexos, a saber:

- ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II AVALIAÇÃO TÉCNICA PONTUAÇÃO
- ANEXO III MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO IV ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
- ANEXO V DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDAE
- ANEXO VI DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTENCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE QUALIFICAÇÃO
- ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO
- ANEXO VIII MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO
- ANEXO IX MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA
- ANEXO X MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTERIO DO TRABALHO
- ANEXO XI- DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO XII- DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE LEGAL DE DADOS SOBRE A EMPRESA
- ANEXO XIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **2.1**. Poderão habilitar-se a presente licitação empresa do ramo, com atividade compatível ao objeto ora licitado.
- **2.2**. Empresas cadastradas junto a Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, que solicitarem formalmente e diretamente a Divisão de Licitações a sua participação na licitação.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **2.3.** As Empresas não cadastradas, que solicitarem formalmente e diretamente a Divisão de Licitações a sua participação na licitação e que atenderem todas as condições exigidas para cadastramento, apresentando documentos pertinentes até o 3° (terceiro) dia útil anterior a data do recebimento das propostas.
 - 2.4 Não será permitido a participação de empresas em consórcio.
- **2.5** A empresa deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e ainda pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.
- **2.6** A empresa deverá executar os serviços obedecendo a especificações de serviços, comprometendo se a refazer aqueles que se revelarem insatisfatórios ou deficientes, sem ônus para a mesma.
- **2.7** Após o horário estabelecido neste Edital e aberto o primeiro envelope, nenhuma proposta será recebida.
- **2.8** A proposta e os demais documentos deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 2.9 A comissão de licitação, fará consulta por meio eletrônico junto ao sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, verificando se a mesma foi declarada inidônea por algum ente público, caso seja comprovado tal ato, a mesma estará impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração Pública, e havendo necessidade, será juntado cópia do processo administrativo do ente público que declarou a licitante inidônea junto ao processo em epígrafe.
- **2.10** A não apresentação do cadastro de fornecedores implicara na inabilitação ou desclassificação da empresa.

3. ENTREGA DAS PROPOSTAS

- **3.1** No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, as proponentes deverão efetuar a entrega dos documentos para habilitação, Proposta Técnica e Proposta de preços, em envelope fechado à Comissão de Licitações, designada pela Decreto nº. 068/2016
- **3.1.1** Os documentos para habilitação, técnica e preço, deverão ser apresentados em uma única via, sendo que deverão ser apresentados em envelopes separados.
- **3.1.2.** Os ENVELOPES, respectivamente de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n° 01) e PROPOSTA TÉCNICA (envelope n° 02) e PROPOSTA DE PREÇO (envelope n° 03) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2016

ENVELOPE 01: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DATA DE ABERTURA: xx/xx/2016 - xx:xx Horas

NOME DA EMPRESA:

TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2016 ENVELOPE 02: PROPOSTA TÉCNICA

DATA DE ABERTURA: xx/xx/2016 - xx:xx Horas

NOME DA EMPRESA:

TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2016 ENVELOPE 03: PROPOSTA DE PREÇO

DATA DE ABERTURA: xx/xx/2016 - xx:xx Horas

NOME DA EMPRESA:

- **3.1.3.** Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA TÉCNICA (envelope n° 01, 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou cópia simples que poderá ser autenticada pela Comissão de Licitação no decorrer da sessão desde que o original esteja na posse do representante, ou ainda por meio de publicação em óraão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.
- **3.1.4.** Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.
- **3.1.5**. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/ emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

3.2. DO CREDENCIAMENTO

- **3.2.1.** Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes da Tomada de Preço, consoante previsão estabelecida no subitem 3.2.2 deste EDITAL, o representante da proponente entregará ao Presidente da Comissão de Licitação, documento que o credencie para participar do certame, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificarse e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia, para que assim o responsável citado no credenciamento possa acompanhar o processo de classificação e julgamento.
- **3.2.2.** O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular (conforme modelo ANEXO VIII)



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **3.2.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário assinada e reconhecida firma da assinatura.
- **3.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
 - **3.4**. É admitido somente um representante por proponente.

4. - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº. 01

4.1- As empresas proponentes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, sendo que as certidões, certificados e outros afins deverão estar com validade na data de abertura da licitação:

4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **4.1.1.1.** CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC, emitido pela Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro-PR, em até 03 (três dias úteis) antes da data da abertura da licitação, em plena validade.
- **4.1.1.1.** Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;
- **4.1.1.2.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.1.1.3. Cópia do Alvará/Taxa de Licença, em vigência.

4.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **4.1.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em plena validade;
- 4.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União;

- **4.1.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **4.1.2.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **4.1.2.5**. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- **4.1.2.6.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **4.1.3.1.** Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da data prevista para apresentação dos envelopes;
- **4.1.3.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índice de Liquidez Geral (ILG) e índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a um (≥1), resultantes da aplicação das fórmulas:

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ILC=	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

Parágrafo Único: O documento que demonstrará o cálculo dos índices solicitados, deverá estar identificado e assinado pelo Representante Legal da empresa e Contador; o Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado dos



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

termos de abertura e de encerramento do Livro Diário e deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial.

4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **4.1.4.1** Atestado de Capacidade Técnica, em nome da Proponente, que comprove ter prestado para pessoa jurídica de direito público (União, Estado, Município, Administração Indireta) ou privado, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de **no mínimo 01(um) atestado. Observação: O atestado fornecido por pessoa Jurídica de direito privado deverá ser reconhecido em cartório, sob pena de inabilitação.**
- **4.1.4.1.1** Entende-se por serviços compatíveis a prestação de serviços que compreendam todos os módulos exigidos no presente certame, que atestem a qualidade dos serviços de conversão, implantação, capacitação dos usuários e suporte técnico, bem como, o bom funcionamento dos programas;
- **4.1.4.2** Atestado de visita (Anexo IV), expedido pelo licitador. A proponente, através de seu responsável técnico, quando da visita deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita técnica deverá ser realizada junto a Secretaria Municipal de Administração com antecedência de 03 (três) dias úteis da data de abertura da licitação. O tempo máximo de duração da Visita Técnica é de 60 minutos.
- **4.1.4.3** Declaração de que a proponente é fabricante dos sistemas, e se for revenda ou distribuidora autorizada da fabricante dos sistemas, deverá apresentar declaração de revenda e/ou distribuidora autorizada, assinada pelo representante legal da fabricante, contendo os serviços outorgados a revenda **(com firma reconhecida)**;
- **4.1.4.4** Declaração de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que foram apresentados, pela compatibilidade dos programas propostos com os requisitos técnicos exigidos para os mesmos e cumprimento das obrigações objeto do Edital, conforme modelo ANEXO V.

4.1.5. DECLARAÇÕES

- **4.1.5.1**. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratar com a Administração, conforme modelo constante no ANEXO VI deste Edital.
- **4.1.5.2.** Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº. 9.854/99. (conforme modelo no ANEXO X deste Edital).

- **4.1.5.3.** Declaração de Responsabilidade Legal e dados dobre a Empresa (ANEXO XII)
- **4.1.5.4.** Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (ANEXO XIII)

4.1.6. **OUTROS**

- **4.1.6.1**. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, apresentar:
- **4.1.6.1.1.** Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 24 meses da data prevista para apresentação dos envelopes; (DOCUMENTO A SER APRESENTADO FORA DO ENVELOPE, juntamente com a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO XI)
- **4.1.6.2** A carta de credenciamento deverá ser preenchida com os dados da pessoa que irá participar do certame e assinada pelo proponente (ANEXO VIII). O credenciado deverá apresentar-se munido do documento oficial de identificação.
- **4.1.6.3** Termo de Renúncia (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme ANEXO IX, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente.

Obs: O presente Termo poderá a critério da empresa ser anexado ao envelope nº 01, ou apresentado separadamente durante a sessão de abertura quando solicitado pela comissão permanente de licitação.

- **4.2** Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- **4.3.** Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **4.4.** Após a hora marcada para a entrega dos envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e de Preço e aberto o primeiro envelope, mais nenhum será recebido.
- **4.5** Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes de Proposta Técnica de Preços e de Documentos para Habilitação. No entanto, a seu exclusivo critério, a Comissão de Licitação poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários.

5 - PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº. 02

- **5.1** Os documentos que compõe a PROPOSTA TÉCNICA ENVELOPE Nº 02 deverão ser apresentados em original, datilografados ou impressos, apenas no anverso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e assinados pelo responsável legal, ou mandatário especificamente credenciado. No caso de ser assinados pelo mandatário, será necessária a apresentação da procuração outorgada com especificação dessa finalidade, ainda que tal procuração venha inserida na documentação de habilitação.
 - **5.2** Deverão constar na PROPOSTA TÉCNICA, os seguintes elementos:
- **5.2.1** Detalhamento técnico dos Programas atendendo todos os Itens da Especificação do Objeto, para subsidiar a verificação de cumprimento do objeto (Anexo I) e a avaliação técnica (ANEXO II), além dos elementos que a critério do Proponente, sejam considerados importantes para a avaliação, deverão constar, obrigatoriamente, da descrição:
 - **5.2.2.** A linguagem em que os programas foram desenvolvidos.
- **5.2.3** Relação de usuários do Executivo Municipal Administração Direta, do Estado do Paraná, que utilizem os sistemas licitados (facultativo para pontuação técnica).
- **5.2.3.1** Caso um usuário conste da relação de mais de um proponente, será verificada a veracidade das informações e o proponente com a informação inverídica será desclassificado.
- **5.3** A não apresentação do previsto no item 5.2, acarreta a desclassificação da proponente.
- **5.4** A definição dos pontos da proposta técnica da proponente será feita através do somatório das pontuações, respeitando-se os limites de pontuação máxima, atribuída de acordo com os seguintes critérios:
- **5.4.1** A Pontuação técnica será efetuada pela **comissão técnica especialmente designada**, em data e hora determinados no dia da abertura deste Edital. O envelope nº 02 (Proposta Técnica) será avaliado no próprio dia da



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

licitação, tão logo tenha ocorrido a Habilitação das Proponentes interessadas e desde que estas tenham assinado o devido Termo de Renúncia – ANEXO IX. Cada sistema será analisado e atribuído pontuação de zero ao máximo definido para cada quesito conforme Avaliação Técnica (ANEXO III). Obs. - Será atribuída pontuação máxima de cada item ao sistema analisado que melhor satisfazer as

5.4.1.1 Obtida a Pontuação Técnica (PT) de cada um dos sistemas propostos será efetuado o cálculo do Índice de Pontuação Técnica (IPT), aplicando-se a seguinte fórmula:

condições. Os demais serão avaliados em relação ao mesmo.

	Descrição	das	Propostas	Pontos
Técnica				
	1ª Classifica	da		100
	2ª Classifica	da		90
	3ª Classifica	da		80
	4ª Classifica	da		70
	Demais prop	oostas		10 a menos que o anterior
				até o limite de 0,00

5.4.1.2- Havendo empate entre duas empresas, ambas entram com o mesmo IPT.

6 PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1** A Proposta de Preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:
- **6.1.1** Proposta de Preços, conforme modelo do Edital, constando na mesma a razão social da empresa com seu endereço completo e número do CNPJ, nome, RG e assinatura do responsável ou representante legal.
 - **6.1.2** A proposta financeira indicará:
 - a) Modalidade, Tipo e Número desta Licitação;
 - **b)** O objeto da licitação;
 - c) O preço global para a execução dos serviços licitados, incluindo todos os impostos e encargos, expresso em moeda nacional;
 - **d)** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta dias), contados da data da sua apresentação.
 - e) Prazo de execução do objeto, que deverá ser de 12 meses após a assinatura do contrato.
 - f) Nome e assinatura do Representante Legal da empresa ou Procurador



CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

6.1.3 As propostas de preços serão avaliadas de acordo com os preços ofertados pelos licitantes, sendo atribuída a Pontuação de Preço em função da seguinte fórmula:

Descrição das Propostas de Preço	Pontos
Menor preço	100
2º Menor preço	90
3° Menor preço	80
4º Menor preço	70
Demais propostas de preço	10 a menos que o anterior até o
	limite de 0,00

- 6.1.4 A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos e as especificações, que os comparou entre si, que obteve as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar a sua proposta de preços e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.
- **6.1.5** Fica entendido que as especificações são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especifico e válido.

7. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 7.1. Compete ao Comissão de Licitação proceder à abertura dos ENVELOPES: 1) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, 2) PROPOSTA TÉCNICA e 3) PROPOSTA DE PREÇOS.
- 7.2. No dia 02/12/2016 até as 09:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro-PR, serão recebidos os invólucros contendo as propostas do licitante.
- 7.3. Se no dia previsto não houver expediente na Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro-PR, transfere-se à sessão de entrega dos envelopes, de julgamento e classificação, para o primeiro dia útil que se seguir, mantendo-se o mesmo horário.
- 7.4. A Comissão de Licitações, com ou sem a presença de empresas, procederá à abertura dos envelopes nº 01, contendo a documentação de habilitação e verificará a existência dos documentos solicitados no Item 4.
- 7.5. A documentação e os envelopes nº 02 e 03 serão assinados pela Comissão e pelos Licitantes presentes, que poderão permanecer nas sessões para fins de acompanhamento dos trabalhos e assinatura das Atas.



- **7.6.** Posteriormente a Comissão de Licitações apreciará a documentação comunicando o resultado da habilitação aos concorrentes na mesma sessão e/ou através de publicação no Quadro de avisos e no órgão de imprensa oficial.
- **7.7.** Havendo na ata expressa desistência das proponentes de interposição de recurso, ou mesmo apresentação do termo de renúncia, poderá ser realizada a abertura dos envelopes nº 02 (Proposta de Técnica), na mesma sessão, ou ser marcada outra data a critério da Comissão.
- **7.8** A Comissão de Licitações comunicará aos licitantes a data de abertura dos envelopes nº 02 (proposta Técnica), com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, caso não seja na mesma sessão.
- **7.9** Antes da abertura dos envelopes nº 02 (proposta de Técnica) das firmas que tenham sido habilitadas serão devolvidos dos envelopes nº 02 e 03 das inabilitadas, mediante recibo, havendo renúncia.
- **7.10** A Comissão de Licitações procederá à abertura dos envelopes nº 02, com ou sem a presença das empresas.
- **7.11** A Comissão de Licitações promoverá a análise das propostas técnicas desclassificando a que estiver em desacordo como edital ou divulgando a respectiva pontuação (nota técnica) conforme previsto no item 5.2.3.1 do edital.
- **7.12** Somente a licitante cuja proposta técnica seja considerada completa e em conformidade com a as exigências do edital poderá ter seu envelope nº 3 aberto e sua proposta de preços julgada.
- **7.13** Existindo renúncia a recurso, serão abertos os envelopes nº 3 (proposta de preços) e a comissão promoverá a análise desclassificando a que ser em desacordo com o edital ou divulgando a respectiva pontuação (nota de preço) conforme previsto subitem 6.1.3 do edital.
- **7.14** Determinada a pontuação técnica e de preços de cada proponente, a comissão permanente de licitação calculará a pontuação geral conforme previsto no item 9.1 do edital.
- **7.15**. Das sessões públicas desta Licitação lavrar-se-ão atas circunstanciadas, nas quais constarão os nomes dos licitantes e outras ocorrências que interessarem ao julgamento das propostas, devendo as mesmas serem assinadas pela Comissão de Licitação e por todos os licitantes presentes.
- **7.16.** Qualquer declaração, manifestação ou impugnação de licitante, desde que ocorrida no transcurso das sessões de recebimento dos envelopes e abertura dos mesmos, deverá obrigatoriamente, constar em Ata.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

7.17. Nas sessões de recebimento e abertura dos envelopes documentação e proposta, somente poderão fazer uso da palavra, rubricar documentos e propostas, apresentar reclamações, assinar atas e manifestar intenção de interpor recursos, o representante legal da licitante ou credenciado.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1 O critério e julgamento serão TÉCNICA E PREÇO
- **8.2** O julgamento da presente licitação compreenderá três fases distintas: a primeira que se iniciará com a abertura do Envelope de n.º 01, relativo aos documentos de habilitação, e a segunda que se iniciará, com a abertura do Envelope de n.º 02, contendo as propostas técnicas e após com a abertura do Envelope de n.º 03, contendo as propostas financeiras.
- **8.3** Para julgamento das propostas poderá a Comissão solicitar pareceres técnicos das áreas pertinentes, efetuar vistorias às instalações dos licitantes, acompanhado de técnicos sendo a verificação a seu exclusivo critério, ou outras diligências julgadas necessárias.
- **8.4** Poderá a Administração conceder prazo conforme estabelecido no art. 48, § 3° da Lei 8.666/93 e alterações, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 A classificação das propostas far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações da proposta técnica e de preços de acordo com a seguinte fórmula:

 $NF = (IPT \times 7) + (PP \times 3)$ onde:

NF = Nota Final

IPT = Índice de Pontuação Técnica

7,0 = peso da Nota Técnica

PP = Pontuação de Preço

3,0 = peso da Nota de Preço

- **9.2** Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Nota Final (NF) definida acima.
- **9.3** A classificação será por ordem decrescente da maior Nota Final (NF), de acordo com os critérios previstos neste Edital.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **9.4** Para efetuar os cálculos matemáticos indicados, serão considerados até 02 (dois) algarismos após a vírgula decimal.
- **9.5** Verificado o empate entre duas ou mais licitantes que apresentarem a mesma NF preço, a Comissão de Licitações adotará o seguinte critério de desempate.
- **9.5.1** A Comissão de Licitações efetuará sorteio, de conformidade com a regra que se segue.
- **a)** Far-se-á corresponder uma pedra numerada a cada uma das empresas em igualdade de preço.
 - **b)** As pedras serão colocadas em uma urna de sorteio.
- **c)** Será efetuado o sorteio para classificação em ordem crescente das empresas, ou seja será vencedora a empresa cuja pedra corresponda a primeira pedra sorteada.
- **9.6** O resultado, a homologação e a adjudicação da licitação serão fixados em lugar próprio, na sede da Prefeitura de Fernandes Pinheiro-PR, bem como publicado nos termos da Legislação vigente.

10. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 10.1. Será desclassificada a PROPOSTA que:
- **a)** Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação (conforte item 4, 5 e 6);
 - **b)** Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- **c)** Oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
 - d) Apresentar preço manifestamente inexequível;
 - e) Apresentar preço simbólico ou de valor zero;
- **f)** Que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.

11. DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

11.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



- 11.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 11.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **11.4** Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 11.5 Entende-se por empate na modalidade Tomada de Preço em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- **11.6** Para efeito do disposto no item 11.5, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 11.6.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior a menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor, salvo se a NOTA FINAL não ficar inferior a menor proposta.
- 11.6.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 11.6.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 10 e 20 do art. 44 desta Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- 11.6.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 9.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **11.6.5** O disposto no item 11.5 se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. HOMOLOGAÇÃO:

- **12.1**. Compete ao Prefeito Municipal homologar a presente TOMADA DE PREÇO.
- **12.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s)proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o CONTRATO, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

13. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CERTAME:

13.1. O resultado final do certame será divulgado na forma da Lei n°. 8.666/93.

14. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- **14.1** Até à assinatura do Termo de Contrato, o licitador poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- **14.2** A execução dar-se-á mediante Termo de Contrato, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após a homologação da licitação.
- **14.3.** A vencedora deverá assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, da convocação, junto a Divisão de Licitações do Município de Fernandes Pinheiro-PR.
- **14.4.** Se a vencedora se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o contrato, dentro do prazo previsto no item 12.3, caracterizará descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, além das sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

15. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- 15.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no site
- do município ou na Divisão de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:00 as 12h00 e das 13h00min as 17h00 min.
 - 15.2. O aviso do EDITAL será divulgado na forma da Lei 8.666/93.
 - 15.3. O EDITAL será entregue a qualquer interessado.

16. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

- **16.1**. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório desta TOMADA DE PREÇO e seus anexos, observado os seguintes prazos:
- **a)** Qualquer cidadão é parte legítima, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- **b)** O licitante até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- **16.1.1.** As medidas referidas no subitem 16.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 15.1..
- **16.1.2**. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação, após proferida, deverá comportar divulgação e também ser juntada aos autos De TOMADA DE PREÇO.
- **16.1.3.** O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório da TOMADA DE PREÇO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

17. RECURSO ADMINISTRATIVO:

- 17.1. Caberá recurso com efeito suspensivo dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da data da ciência ou publicação da habilitação ou inabilitação do licitante, bem como da ciência ou publicação do resultado do julgamento das propostas.
- **17.2.** Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior e protocolados na Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro-PR.
- 18.3. As demais proponentes deverão ser intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **18.1.** O prazo de vigência e Execução do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.
- **18.2.** A conversão e implantação de todos os dados do software de sistema deve ser feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias sem custo adicional.

19. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- **19.1** A execução do contrato, objeto da licitação, poderá ser suspenso ou rescindido nos casos previstos na Lei de Licitações, como também nos seguintes casos:
- **a)** Pelo Município de Fernandes Pinheiro-PR, quando for por este julgado que o Contratado esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao contrato ou pela não observância das normas legais;
- **b)** Por relevante interesse do Município de Fernandes Pinheiro-PR, devidamente justificado.
- c) Este instrumento contratual poderá ser rescindido amigavelmente a qualquer momento, por quaisquer das partes, desde que a parte interessada na rescisão comunique por escrito a outra, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Tal rescisão desobrigará ambas as partes, ao pagamento de multas ou indenizações.
- **19.2.** O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.
- 19.3. O contrato será rescindido de forma automática pela inexecução parcial ou total dos serviços após decorrido o prazo de 30 dias da data de assinatura do contrato para a conversão e implantação dos sistemas.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **20.1.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.
- **20.2.** A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR.
- **20.3.** Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratandose de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

21. - PAGAMENTO

21.1 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- **21.1.1** O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, após o mês subsequente a prestação dos serviços mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminando de forma clara e explícita o objeto, como as necessárias anotações da prestação, depois de verificado o atendimento integral, mediante aposição de "ATESTO" no corpo da respectiva nota fiscal ou fatura, firmado pelo servidor responsável.
- **21.1.2** Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal deverá ser acompanhada das Certidões Negativas do INSS, FGTS e CNDT.
- **21.1.3** O Município de FERNANDES PINHEIRO-PR efetuará o desconto do valor relativo aos tributos, conforme legislação vigente.
- **21.1.4** Deverá constar na Nota Fiscal o Número da Licitação, do Contrato, e se houver, do Termo Aditivo.
- **21.1.5.** Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.
- **21.1.6.** A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subsequente.

22. - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **22.1**. As normas disciplinadoras deste Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público e dos contratos delas decorrentes.
- **22.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste certame, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **22.3.** Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no horário e local estabelecidos neste Edital, desde que não haja comunicação do Presidente da Comissão em sentido contrário.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **22.4.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- **22.5**. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de seu conteúdo durante a realização da sessão pública.
- **22.6.** A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do certame.
- **22.7**. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 22.8. Justifica-se a preponderância da valorização da técnica sobre o preço, na busca da administração pela contratação da proposta mais vantajosa, não necessariamente a menos onerosa, uma vez que o objetivo da administração é a contratação de empresa especializada, e que possua a maior capacidade técnica possível, para gerar as informações necessárias a atender aos órgãos fiscalizadores, fazendo adaptações ao sistema com uma retaguarda técnica capacitada para o atendimento às demandas emergenciais no trabalho, dando solução os problemas do dia a dia.
- **22.9**. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do certame.
- **22.10** Os casos omissos neste EDITAL serão solucionados pela Comissão de Licitação, com base na legislação federal e, subsidiariamente, nos termos da legislação estadual e princípios gerais de direito.

23. - DO FORO

23.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Teixeira Soares - PR, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

FERNANDES PINHEIRO PR, 28 de Outubro de 2016

Haydiane Cristina Bora Presidente da Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná CNB L01610323/0001 20



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

- **1.** O presente documento apresenta a especificação para o objeto da TOMADA DE PREÇO N° . 019/2016
- **2.** O Objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICADO NESTE ANEXO, sendo:

Item	Nome	do produto/serviço		ade	máximo Mensal	Preço máximo total
1	1.1. Plurian	Contabilidade, Orçamento Anual, Plano ual, Controle Patrimonial.	12,00	MS	R\$ 7.600,00	R\$ 91.200,00
	1.1.1.	Todos os módulos do item 1.1 devem ser perfeitamente integrados e com dados na mesma base. Devem estar na mesma table-space todas as informações das entidades controladas em todos os exercícios, sem a necessidade de mudar de base para consultar exercícios diversos; Projeção da receita orçamentária (LRF				
	1.1.3.	- Lei 101 – art. 12); Atender integralmente à exportação de arquivos previstos no leiaute do SIM-AM, referente ao sistema captador de informações para prestação de contas do TCE/PR, para os itens Tabelas Cadastrais, Módulo Planejamento e Orçamento, Módulo Contábil, Módulo Tesouraria, Módulo Patrimônio, Módulo Obras públicas; A exportação de arquivos do leiaute do SIM-AM deverá estar separada em módulos e periodicidade previstos				
	1.1.5.	neste arquivo, facilitando o controle dos arquivos a serem gerados; Cadastro único de pessoas, integrado com os demais sistemas, atendendo				

CAN DES PINEE TO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

todos os requisitos previstos no leiaute do SIM-AM: Cadastro único de todas as leis/atos, 1.1.6. integrado com os demais sistemas, atendendo os requisitos previstos no leiaute do SIM-AM. 1.1.7. Elaboração e controle do plano plurianual, com vinculação entre o orçamento e PPA; Cadastro de programas com 1.1.7.1. objetivos, metas e indicadores, permitindo o uso de vários indicadores por programa, onde são informados separadamente - em campos distintos - o nome do indicador e sua unidade de medida, o valor de medida atual, a meta a ser alcançada e a medição real; Cadastro de ações com 1.1.7.2. objetivos, aplicação de recursos anuais, produto e unidade de medida com seu valor atual, e acompanhamento anual da meta física alcançada e valor realizado; 1.1.7.3. O cadastro de Programas, Indicadores e Ação deverá ter o controle de inclusão e demais tipos de movimento previsto no leiaute do SIM-AM, gerando o Movimento automaticamente e atender as regras de controle previsto neste leiaute. Deverá manter na base o registro de todos os movimentos e não somente o último; Vinculação das ações com os 1.1.7.4. respectivos programas, conforme especificação no leigute do SIM-AM: O cadastro dos Programas e 1.1.7.5. Ações deverá ser separado por escopo (PPA, LDO, ECA, PMS) com numeração distinta, e ter a possibilidade de vinculação dos mesmos entre os escopos, e a

identificação dos não

T T		
	correlacionados conforme as	
	regras previstas no leiaute do	
	SIM-AM;	
	1.1.7.6. Identificar os programas e ações	
	cadastrados no escopo PPA,	
	que tenham aplicação na LDO	
	e fazer a vinculação automática	
	entre estes escopos.	
1.1.8.	Emissão de todos os anexos exigidos	
1.1.0.	pela Lei 4.320 relativos ao orçamento	
	e balanço anual na periodicidade	
	desejada – mensal, anual ou entre	
	meses quaisquer, nos casos em que o	
	relatório torne esta opção possível,	
.	indicando o primeiro e último.	
'	.1.8.1. Todos os relatórios devem ter a	
	opção de ser emitidos	
	consolidados com as entidades	
	de um mesmo banco de dados;	
1.1.9.	Cadastro de tipos de documentos,	
	configurando a exigibilidade de cada	
	um para as diversas fases da despesa,	
	podendo em caso de o fornecedor	
	não possuir os certificados de	
	regularidade, ignorar, emitir aviso ou	
	impedir:	
1	.1.9.1. A apuração da licitação;	
1	.1.9.2. Homologação da licitação;	
1	.1.9.3. Estabelecimento do contrato;	
1	.1.9.4. Requisição de compra;	
1	.1.9.5. Requisição de empenho;	
1	.1.9.6. Empenho;	
1	.1.9.7. Liquidação;	
	1.1.9.8. Previsão de pagamento;	
	1.1.9.9. Pagamento;	
1.1.10	_	
	como Empenho, Liquidação e Ordem	
	de Pagamento, devem permitir a	
	impressão de assinatura scaneada do	
	responsável;	
1.1.11	·	
	integrado com cadastro único de	
	pessoas, compartilhado com	
	contabilidade, licitação e compras,	
	Tributação, protocolo, patrimônio e	
	frotas;	
1.1.12	•	
1.1.12		
	documentos dos fornecedores;	

PAN AND STRUCTURE TO STATE OF THE STATE OF T

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

1.1.13. Cad	astro de Obras e Intervenção.		
	nder o plano de contas e os		
	órios previstos na PORTARIA MPS		
	09, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.		
1.1.15. Mov	imentação mensal com		
	amentos integrados e "on-line";		
1.1.15.1.	Um empenho pode aceitar		
	várias liquidações, em		
	documentos distintos e tabelas		
	separadas;		
1.1.15.2.	Possibilidade de reversão de		
	estorno de empenho conforme		
	previsto no leiaute do SIM-AM;		
1.1.15.3.	Fornecedores com certidões		
	vencidas não poderão receber		
	empenho;		
1.1.15.4.	Uma liquidação pode aceitar		
	vários pagamentos, em		
	documentos distintos e tabelas		
	separadas;		
1.1.15.5.	Informação dos documentos		
	fiscais nas liquidações com		
	crítica obrigando o total dos		
	documentos fiscais a ser o		
	mesmo do valor da liquidação,		
	impedindo o progresso do		
	processo;		
1.1.15.6.	Informação dos quantitativos		
	por liquidação, conforme leiaute		
	SIM AM vigente, com		
	possibilidade de integração com		
1 1 1 5 7	movimento do almoxarifado;		
1.1.15.7.	Preparação do arquivo de		
	remessa de pagamentos aos		
	bancos a partir de previsão de		
	pagamento, nos leiautes cnab240 e OBN, com baixa		
	automática a partir do arquivo		
	de retorno do banco;		
1.1.15.8.	Lançamento de variações		
1.1.13.0.	patrimoniais a partir dos		
	empenhos e receita		
	orçamentária;		
1.1.15.9.	Lançamentos bancário e		
	consignação a partir dos		
	pagamentos, integrando as		
	retenções e movimentação		
	bancária;		

PAN AND STRUCTURE TO STATE OF THE STATE OF T

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

PERNANDES PINHEIRO 1991	e-mail: licitacao@fernand	despinheiro.p	r.gov.br	
1.1.15.10.	Qualquer lançamento pode aceitar estornos parciais ou totais, com reversão automática dos saldos;			
1.1.15.11.				
1.1.15.12.	contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR.			
	os a pagar:			
1.1.16.1.	Inscrição do saldo de restos a			
	pagar automaticamente			
	quando da abertura do			
	exercício;			
1.1.16.2.	Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar.			
1.1.17. Alter	ações orçamentárias permitindo			
can	as suplementações, celamentos de diversas fontes no mo decreto;			
1.1.18. Efeti	vação das alterações			
1	ımentárias somente por iniciativa			
	perador, permitindo que a			
	oração do decreto não interfira			
	xecução orçamentária;			
	trole de suplementação por			
	erávit, controlando o saldo em			
	arado no momento do empenho,			
	forme informação no empenho de			
	o de fonte do Exercício ou de cício Anteriores, garantindo que			
	se empenhe valor de Exercício			
	eriores maior do que foi			
7 (1110	mores maior de que loi			

1			1	
	suplementado por superávit;			
1.1.20.	Cadastro de controle dos convênios;			
1.1.21.	Cadastro e controle das Subvenções			
	Sociais com a prestação de contas			
	por parte das entidades beneficiárias,			
	a prestação de contas por parte das			
	entidades beneficiárias deve ser pela			
	web.			
1.1.22.	Controle dos recursos do Fundeb e			
1.1.22.	demais fontes de recursos e			
	convênios, com a emissão dos			
	relatórios exigidos pelo Tribunal de			
	Contas do Paraná. Lançamentos			
	gerados automaticamente, sem a			
	necessidade de redigitação;			
1.1.23.	Controle da programação financeira,			
	por grupos de conta definidos pela			
	entidade, registrando os atos de			
	definição da programação financeira,			
	garantindo que não seja empenhado			
	mais do que a programação permite,			
	mesmo que exista saldo orçamentário			
	disponível;			
1.1.24.	Integração entre os módulos;			
1.1.25.	Importação dos dados gerados pelo			
	Sistema de Tributação, gerando			
	reconhecimento prévio dos direitos a			
	receber (ativo), lançamento contábil			
	de inscrição de créditos em divida			
	ativa, realização da receita			
	controlando se o crédito estava			
	reconhecimento previamente ou não,			
	com possibilidades de estornos			
	conforme metodologia da prestação			
	de contas do tribunal.			
1.1.26.	Importação dos empenhos,			
1.1.20.	liquidações, retenções (receita			
	orçamentária e extra) e despesa extra			
	orçamentária diretamente do sistema			
	de folha de Pagamento, bem como			
	os lançamentos patrimoniais de			
	reconhecimentos dos passivos (13			
	salário, férias, etc.).			
1 1 27	·			
1.1.27.	Controle patrimonial físico e contábil			
	integrado, com as tabelas na mesma			
1 1 20	base de dados;			
1.1.28.	Geração de dados para entidades de			
	controle;			

Q)

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

PERNANDES PINHEI	<i>e-mail</i> : licitacao@fernandespinh	neiro.p	r.gov.br	
24				
1.1	1.28.1. Geração de arquivos texto para			
	publicação das contas públicas			
	conforme instrução do TCU;			
1.1	1.28.2. Exportação para a Secretaria de			
	Receita Previdenciária;			
1.1.29.	Registro - "log" - das transações			
	realizadas por operador;			
1.1.30.	Todas as entidades devem estar na			
	mesma base, permitindo a emissão de			
	relatórios consolidados;			
1.1.31.	Possibilitar o início da execução do			
	exercício em fases, mesmo que o			
1 1 22	anterior não esteja encerrado;			
1.1.32.	Parametrização de assinaturas por			
	unidade orçamentária, nas notas de empenho, liquidação, pagamentos e			
	seus respectivos estornos;			
1.1.33.	Parametrização de Ordenador da			
1.1.55.	Despesa por unidade orçamentária,			
	para vinculação automática na			
	geração do empenho, permitindo			
	alteração quando necessário;			
1.2.	Licitação e Compras			
1.2.1.	Cadastro de fornecedores e contas			
	de despesa compartilhados com a			
	contabilidade. Não deve existir			
ı	cópias, mas acesso simultânea à			
1 2 2	mesma base de dados;			
1.2.2.	Cadastro de produtos e serviços classificados em grupos e subgrupos;			
1.2.3.	Emissão de solicitações de compra de			
1.2.3.	material e serviços com as indicações			
	das dotações orçamentárias – órgão,			
	unidade, projeto ou atividade,			
	natureza de despesa, fonte de			
	recursos e complemento da natureza			
	- respeitando os saldos orçamentários;			
1.2.4.	Abertura dos processos de compras			
	com o acompanhamento de seus			
	andamentos em todo o processo,			
	desde a requisição até o pagamento;]
1.2.5.	Controle dos processos licitatórios de			
	maneira que impeça o andamento se			
	o processo não for deferido;			
1 2 4	Possibilidade de acompanhar a			
1.2.6.	situação da dotação (interligado com			l i

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000

FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

	o sist	ema de orçamento), lançando		
	previ	sões na fase inicial do processo, e		
	acor	npanhamento até a fase de		
	com	pras/empenho.		
1.2.7.		atus do processo de compra ou		
		rocesso licitatório, permitindo à		
		oa interessada consultar a real		
	-	ção e o local onde se encontra,		
		e ser consultado a partir da		
		tação de compra original,		
		ando desnecessário conhecer os		
		ais números de processo,		
		ando ter em mãos o número da		
		tação original;		
1.2.8.		astro de licitações com geração		
1.2.0.		editais;		
1.2.9.		ação dos editais e demais		
1.2.9.		umentos, a partir de modelos pré-		
	defin			
1.2.9		Os modelos devem ser alterados		
1,2,,	7.1.	pelos operadores;		
1.2.9	2	Deve haver a possibilidade de		
1,2,3	7.2.	haver mais de um modelo para		
		cada documento, guardando		
		em base todos os modelos		
		criados;		
1.2.9	3	Cada documento deve ser		
1,2,,	<i>7.3</i> .	automaticamente mesclado		
		com as informações de		
		processos e/ ou licitações, com		
		dados de itens, contas e outros		
		que sejam inerentes ao		
		documento;		
1.2.9	0.4	Todos os documentos emitidos		
1,2,3	·.¬.	devem ser armazenados na		
		base de dados, permitindo uma		
		rápida recuperação no		
		momento em que for necessário;		
1.2.10.	Gero	rção dos editais, anexos de		
1.2.10.		ais documentos a partir de		
		elos pré-definidos com a		
		ação na base de dados dos		
	_	umentos emitidos;		
1.2.11.		astro de propostas com a emissão		
1,4,11,		napa de apuração e indicação		
		encedores;		
1.2.12.		ra de propostas a partir de meio		
1,4,14,		nético com geração automática		
	тичу	nonco com g o ração automática		

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000

FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

1			l	ı	i	I
		dos mapas;				
	1.2.13.	Apuração das propostas por				
		avaliação global, por lote, por item,				
		podendo ser pelo menor valor ou pelo				
		maior desconto;				
	1.2.14.	Acompanhamento do pregão				
		presencial com o registro de todos os				
		lances, preservando todas as rodadas				
		até a seleção do vencedor;				
	1.2.15.	Modalidade registro de preços, com o				
	1.2.10.	controle das quantidades				
		licitadas/adquiridas;				
	1 2 1	15.1. A administração deve ter a				
	1.2.1	opção de comprar do				
		fornecedor mais atrativo no				
		momento da aquisição,				
		podendo ou não ser o vencedor				
		do certame;				
	1.2.1	15.2. Deve ser possível adquirir certa				
		quantidade de produtos de um				
		fornecedor e o restante de				
		outro, mesmo que de proposta				
		menos vantajosa, quando o				
		vencedor compromete-se a				
		vender apenas uma parte do				
		licitado.				
	1.2.16.	Controle dos contratos, armazenando				
		os documentos, e controlando				
		vencimentos e saldos de quantidade				
		e valor;				
	1.2.17.	Possibilidade de emissão de				
		requisições de empenhos com				
		integração com a Contabilidade e no				
		momento do empenho, só é				
		necessário informar o número da				
		requisição correspondente buscando				
		automaticamente todas as				
		informações necessárias.;				
	1.2.18.	Gravação de atestados de				
		liquidação, com a identificação do				
		recebedor do produto/serviço;				
	1.2.19.	Publicação dos contratos na Internet				
	1.2.17.	no site da Entidade através do Portal				
		da Transparência;				
	1.2.20.	Publicação dos editais e seus anexos				
	1.4.40.	na Internet, bem como as atas e				
		documentos pertinentes, permitindo o				
		download destes;				

100000	
1.2.21	Controle de Requisição de compras.
1.0	De aurece Humanas a Faller Demanas de
1.3.	Recursos Humanos e Folha Pagamento
1.3.1.	Cadastro de funcionários, servidores,
1.5.1.	agentes políticos e dependentes,
	controlando a situação destes;
1.3.2.	Cadastro de vantagens e descontos,
1.5.2.	parametrizando forma de cálculo e
	incidências;
1.3.3.	Cálculo conforme movimentação no
	período, com possibilidade de
	adiantamento;
1.3.4.	Controle de férias e licenças;
1.3.5.	Impressão de contracheques,
	impressão de cheques, integração
	com bancos e contabilidade,
	permitindo gerar empenhos,
	liquidações, previsões de pagamento,
	com suas retenções e geração de
	lançamentos de receita orçamentária
	e extra a partir das retenções;
1.3.6.	Pagamento através de meio
	eletrônico (EDI);
1.3.7.	Integração com RAIS e SEFIP, PASEP,
	CAGED, DIRF e TCE-PR;
1.3.8.	Geração de arquivo de exportação
1 2 0	para Sistema de Previdência – SIPREV;
1.3.9.	Geração de guias e relatórios para o Fundo de Previdência Municipal;
1.3.10	·
1.5.10	rendimentos e ficha financeira;
1.3.11	
1.5.11	dados cadastrais do servidor;
1.3.12	_
1.3.13	·
110110	anterior, permitindo consultas aos
	tempos averbados e previsão da
	data de aposentadoria;
1.3.14	
	compensação previdenciária;
1.3.15	Emissão dos requerimentos de
	benefícios de acordo com o INSS;
1.3.16	Geração arquivos com dados para o
	cálculo atuarial;
1.3.17	O 3
	empréstimos consignados;
1.3.18	Importação de arquivo de relógio

pont	о;		
1.3.19. Cad	astro de autônomos, adicionando		
os re	spectivos valores na Guia do		
Sefip	·		
•	ortação de arquivos para o		
Man			
	iação de desempenho;		
1.3.21.1	Cadastro de grupos de		
1.3.21.1.	- ·		
1 2 21 2	avaliação;		
1.3.21.2.	Cadastro de itens a serem		
1 2 21 2	avaliados e suas pontuações;		
1.3.21.3.	Emissão dos formulários;		
1.3.21.4.	Controle de frequência da		
	avaliação;		
	são de relatórios em PDF;		
1.3.23. Regi	stro de transações - "log".		
1.4. Contro	ole de Frotas		
1.4. Comic	ne de riolas		
1.4.1. Cad	astro de Veículos/Máquinas		
	grado ao Patrimônio.		
1.4.1.1.	Os veículos ou máquinas sob		
	controle do sistema de frotas		
	devem estar previamente		
	cadastrados no sistema de		
	patrimônio e não devem ser		
	gravados novamente no sistema		
	de frotas;		
1.4.1.2.	·		
1.4.1.2.	Os valores de aquisição,		
	depreciação e baixa não		
	podem ser digitados no sistema		
	de frota, mas devem ser		
	de frota, mas devem ser consultados por este sistema;		
1.4.1.3.	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser		
1.4.1.3.	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por		
	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo;		
1.4.1.3. 1.4.1.4.	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de		
	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima		
1.4.1.4.	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo.		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores.		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad cade	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores.		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad cade	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores. O motorista está inserido no		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad cade	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores. O motorista está inserido no mesmo cadastro de pessoas da		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad cade	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores. O motorista está inserido no mesmo cadastro de pessoas da contabilidade, com sua matrícula do RH e não deve		
1.4.1.4. 1.4.2. Cad cade	de frota, mas devem ser consultados por este sistema; Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo; Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo. astro de motoristas integrado ao astro de pessoas e servidores. O motorista está inserido no mesmo cadastro de pessoas da contabilidade, com sua		

Q)

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

SENTANDES PINHEIRO	e-maii: licitacao@fernan	despirineiro	p.pr.gov.br	
10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000 - 10000				
	vencimento;			
1.4.2.3.	Controle de pontuação de			
11.1.2.61	infração. Cadastro das			
	pontuações/situação da CNH			
	consultadas através do site do			
	DETRAN, com a pontuação			
	conferida de acordo com o tipo			
	de infração.			
1.4.2	dastro de fornecedores integrado			
	n o sistema de contabilidade com			
	sificação por atividade			
	•			
	astecimento, lavagem,			
	nutenção, etc);			
	dastro de acessórios.			
1.4.4.1.	Integrado com o cadastro de			
	produtos do sistema de			
	licitações e compras;			
1.4.4.2.	Individualização dos acessórios,			
	atribuindo um código para			
	cada peça, permitindo seu			
	rastreamento;			
1.4.4.3.	Controle da localização de			
	cada acessório nos veículos;			
1.4.4.4.	Controle da validade de cada			
	acessório, indicando sua troca,			
	reparo ou recarga.			
	ntrole de abastecimento.			
1.4.5.1.	Pode ser externo, em postos			
	contratados por licitação ou			
	eventual, ou interno, na bomba			
	do Município;			
1.4.5.2.	O combustível é um produto			
	cadastrado no sistema de			
	licitações e compras;			
1.4.5.3.	Quando o abastecimento se dá			
	por licitação, deve proporcionar			
	o controle de saldos, impedindo			
	o abastecimento fora dos limites.			
1.4.5.4.	As licitações de combustíveis são			
	gravadas apenas no sistema de			
	licitações e compras e devem			
	apenas ser consultadas no			
	sistema de frotas;			
1.4.5.5.	Deve indicar as médias de			
	consumo e preços unitários de			
	abastecimento por veículo;			
1.4.6. Cad	dastro de manutenção com			
	endamento dos serviços e			
		·		

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

		1	ı	1
lanço	amento das ordens serviço			
conti	rolando os consumos;			
1.4.7. Cont	roles de utilização de veículo por:			
1.4.7.1.	Motorista;			
1.4.7.2.	Destino;			
1.4.7.3.	Período;			
1.4.7.4.	Controle de			
	hodômetro/horímetro;			
1.4.7.5.	Cadastro de multas;			
1.4.7.6.	Ocorrências diversas;			
1.4.7.7.	Agendamento prévio.			
1.4.8. Cont	role de pneus integrado com o			
cado	astro de produtos do sistema de			
com	pras e licitações, individualizando			
cado	a pneu;			
	role de localização dos pneus por			
	ulo e posição;			
	role das datas de recapagens			
	oneus;			
	eamento da frota			
1.4.11.1.	Cadastro dos equipamentos de			
	rastreamento com identificação			
	do veículo em que está			
	instalado;			
1.4.11.2.	Coleta dos dados transmitidos			
	através de GPRS, via UDP;			
1.4.11.3.	Visualização da posição de			
	todos os veículos da frota em			
	mapa;			
1.4.11.4.	Visualização de rota percorrida			
	por determinado veículo em			
	mapa, com indicação de			
	variação de velocidade com			
	datas e horários de cada			
	medição.			
1.4.11.5.	Os dados devem ser			
	armazenados diretamente em			
	servidor próprio da prefeitura e			
	nunca em servidor do fabricante			
1 4 1 1 2	do aparelho;			
1.4.11.6.	Provisoriamente, enquanto o			
	Município não disponibiliza			
	estrutura se servidor e internet			
	para receber estes dados a			
	comunicação pode ser feita			
	com outro servidor, mas os			
	dados devem ser sincronizados			
	com a prefeitura em no máximo			

(TC	cálculo de preço médio por litro,	
1.4.13.2	combustível em ordem decrescente de consumo por	
1.4.13.3	modelo de veículo; Despesas dos veículos: todas as despesas referentes a um período (abastecimentos, impostos, manutenção);	
1.4.13.4		
ap pc ob dc ex	ritodos os casos em que é exigido penas consulta de dados gerados proutro subsistema, tal prigatoriedade deve-se a manter os pudos em local único, evitando a pristência de divergências entre pudastros;	
1.4.15. Sis	tema deve rodar em ambiente Web	
	nternet e intranet. al da Transparência	
1.5.1. De do ne	eve utilizar o mesmo banco de ados dos demais sistemas, sem a cessidade de realizar cópias eriódicas ou processamento em lote;	
-	eve permitir as consultas: Certidões de pessoas físicas e jurídicas referente a todos os tributos; Validação das certidões	
1.5.2.3.	emitidas, a partir de código de segurança impresso nos documentos; Protocolos abertos pelo	

	contribuinte;	
1.5	2.4. Extrato de fornecedo	
	conste todos os emp	
	liquidações e pagan	nentos,
	incluindo as retençõe	es
	efetuadas, consolido	indo os
	saldos a liquidar e a ¡	oagar;
1.5	2.5. Relatório da execuç	_
	orçamentária;	
1.5	2.6. Relação de salários p	or função:
	2.7. Todos os documento	
	licitações em qualqu	
	Qualquer document	
	nas licitações pode s	-
	divulgado imediatan	
	a geração, sem a ne	
	de gerar arquivos ou	
	para pastas específic	-
1.5	2.8. Emissão de segunda	
1.3	carnês;	via ao
1.5.3.	Abertura de processos pel	n internet:
	Tributação e Divida Ativa	3 1111011101,
1.6.1.	Cadastro geral de contribu	uintes,
	integrado com a contabili	
	permitindo que uma pesso	
	somente um cadastro em	toda a
	prefeitura;	
1.6.2.	Cadastro de imóveis, com	os campos
	configuráveis pela prefeitu	ra;
1.6	2.1. Um terreno pode ter	várias
	construções, sem a r	ecessidade
	de cadastrar imóveis	diferentes;
1.6	2.2. Um imóvel pode ter v	ڇrios
	proprietários, manter	ndo o
	histórico das alteraçã	ões;
1.6.3.	Cadastro de empresas e a	utônomos.
	As empresas são classificad	
	CNAE e os autônomos pelo	•
	CBO;	
1.6.4.	Cadastro do contrato soci	al das
	empresas, controlando os	
	suas participações e mant	
	histórico das informações;	- 1
1.6.5.	Histórico de anotações e o	bservações
1.0.5.	por imóveis e empresas;	
1.6.6.	Lançamento de IPTU, taxas	de servicos
1.0.0.	urbanos, ISSQN, taxas de e	3
	UIDUITOS, ISSQIN, TUXUS DE E	vercicio de

		Υ.	
	poder de polícia, contribuição de		
	melhorias e receitas diversas. Os		
	lançamentos devem ser precedidos		
	de simulações que não interferem na		
	dívida mobiliária e não interferem nas		
	tabelas ativas. A partir de uma		
	simulação é possível realizar o		
	respectivo		
1.6			
	poderá mais ser possível alterá-lo, a		
	não ser via cancelamento, de		
	maneira a fazer constar na		
	contabilidade os lançamentos		
	devidos mantendo a coerência entre		
	a contabilidade e a tributação;		
1.6			
1.6	9		
	barras padrão Febraban ou fichas de		
	compensação e controle de		
	recebimentos com caixa		
	automatizado e integração com		
	Contabilidade;		
1.6	5.9. Baixas a partir de arquivo de retorno		
	dos bancos;		
1.6	5.10. Baixas lançadas e atualizadas "on-line"		
	permitindo a impressão de negativas		
	no instante seguinte ao registro do		
	pagamento, sem processamentos "em		
	lote" e sem dados redundantes.;		
1.6	5.11. Deve ser possível inscrever em dívida		
1.0	ativa por contribuinte, por		
	exercício/tributo;		
1.6	5.12. Configuração de tabelas de acordo		
1.0	9 3		
	com a legislação tributaria do		
	Município;		
1.6	5.13. Atualização monetária, juros e multa		
	calculados no momento da utilização,		
	sem a necessidade de processamento		
	periódico com a parametrização da		
	forma de acréscimos pelo		
	administrador.		
1.6	5.14. Possibilidade de efetuar tantos		
	parcelamentos ou reparcelamentos		
	quantos a legislação municipal		
	permitir, sem a perda dos históricos;		
1.6	5.15. Emissão de extratos analíticos		
1.0	consolidados por contribuinte;		
1.6	5.16. Exportação de arquivo do diário de		
1.0	arrecadação integrado com a		
	anceadação imegiado com a		



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

	contabilidade nos moldes definidos		
	pelo SIM-AM do TCE-PR;		
1.6.17.	Possibilidade de o contribuinte emitir		
	certidões na Internet;		

1. OUTROS REQUISITOS

- 1.1 Os dados devem estar disponíveis para que os técnicos da prefeitura possam realizar pesquisas, desenvolver programas para leitura e eventual processamento, em modo nativo sem a necessidade de exportação para arquivos texto preservando o compromisso de apenas leitura. As senhas para acesso de leitura ao banco de dados devem ser repassadas aos técnicos da Prefeitura.
- **1.2** Os programas devem possibilitar a emissão de relatórios, formulários, guias, certidões e carnês em papel sem impressão, nas impressoras (Jato de Tinta e laser) do Município. Sem a necessidade de confecção de formulário contínuo;
- **1.3** Os programas devem "rodar" em rede, permitindo mais de um usuário executar o mesmo procedimento simultaneamente, sem riscos de travamento, corrupção de dados ou obtenção de informações erradas.

2. SERVIÇOS QUE A PROPOSTA DEVE PREVER

Além do licenciamento de uso dos sistemas, no valor proposto deverão estar inclusos:

- **2.1** A instalação do software a ser executados por técnicos da proponente para realização das conexões e acionamento dos comandos necessários para deixar os programas funcionando nos equipamentos da Prefeitura Municipal.
- **2.2** Serviços de implantação a serem executados por técnicos da proponente para configuração dos programas nos equipamentos da Prefeitura Municipal, com preparação de bases de dados, testes, cadastro de dados iniciais e valores de parâmetros conhecidos pelos programas.
- **2.3** Treinamento na operação dos programas, para até 4 operadores por área de utilização dos programas.
- **2.4** Suporte Técnico Operacional fornecido pelos técnicos da proponente para solução de dúvidas de operação e ou saneamento de incorreções nos programas através de telefone, Internet, acesso remoto, com atendimento presencial quando solicitado, sendo obrigatório no mínimo 02 (duas) visita por mês.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **2.5** Atualizações de versão garantindo que a versão instalada seja sempre a mais completa e atualizada que o proponente tenha disponível no mercado;
- 2.6 A proposta deverá prever de forma englobada a cobrança de todas as despesas adicionais (deslocamento, quilometragem, passagens, combustível e horas técnicas, mesmo as extraordinárias) para o cumprimento do Objeto desta Licitação. Quando a Prefeitura Municipal solicitar a presença de técnico para suporte operacional além do previsto, arcará somente com despesas de estadia e alimentação nos estabelecimentos e no limite de gastos por ela estipulados.
- 2.7 Na proposta deverá prever também a conversão e implantação de todos os dados do software de sistema que deverão ser feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias sem custo adicional.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência e Execução do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO II AVALIAÇÃO TÉCNICA - PONTUAÇÃO

Normas para Pontuação Técnica

- **1.1.** A avaliação técnica será efetuada pela Comissão Licitação no dia da abertura deste Edital, após a verificação de que os aplicativos ofertados cumprem os requisitos estabelecidos no anexo I.
- **1.1.1.** Havendo dificuldade operacionais, poderá ser designada nova data para avaliação do sistema.
- **1.2.** A avaliação técnica será feita de maneira global, pelo conjunto de todos os aplicativos licitados. Para cada item será atribuído um PESO conforme tabela a seguir.

A fórmula para o cálculo total da pontuação obtida na Avaliação Técnica é:

```
(P1 * peso1) + (P2 * peso2) + (P3 * peso3) + (P4 * peso4) + (P5 * peso5) + (P6 * peso6) + (P7 * peso7) + (P8 * peso8) + (P9 * peso9) + (P10 * peso10)

PT = (peso1 + peso2 + peso3 + peso4 + peso5 + peso6 + peso7 + peso8 + peso9 + peso10)
```

Onde:

PT = pontuação total obtida na avaliação técnica

P1 = pontuação obtida no item 1

Peso1 = peso atribuído ao item 1

P2 = pontuação obtida no item 2

Peso2 = peso atribuído ao item 2

P3 = pontuação obtida no item 3

Peso3 = peso atribuído ao item 3

P4 = pontuação obtida no item 4

Peso4 = peso atribuído ao item 4

P5 = pontuação obtida no item 5

Peso5 = peso atribuído ao item 5

P6 = pontuação obtida no item 6 Peso6 = peso atribuído ao item 6

P7 = pontuação obtida no item7

Peso7 = peso atribuído ao item 7

P8 = pontuação obtida no item 8

Peso8 = peso atribuído ao item 8

P9 = pontuação obtida no item 9

Peso9 = peso atribuído ao item 9

P10 = pontuação obtida no item 10

Peso 10 = peso atribuído ao item 10

1.3. Para a avaliação técnica, o proponente deverá realizar apresentação conforme anexo III, para análise da comissão de avaliação técnica.

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

2. Itens para Avaliação Técnica

Requisitos	Pontuação	Pontuação da empresa.	Pontuação conferida Comissão	pela
1. Prazo de Entrega		Peso		3
Prazo (em dias) para a instalação do sistema, preservando a base de dado	s da Entidade			
1.1. Em até 2 dias	20			
1.2. De 3 a 15 dias	7			
1.3. De 16 a 30 dias	5			
1.4. Mais de 30 dias	0			
Total Pontuação Item 1 – 20 pontos no máximo				
Pontuação multiplicada pelo peso (3)				

2. Qualidade		3				
Características intrínsecas do sistema						
2.1. Facilidade de navegação entre as funções	1					
2.2. Validação dos dados de entrada enviando mensagens quando a operação comprometer a integridade dos dados (crítica)	3					
2.3. Permitir verificação / rastreamento das alterações realizadas no sistema indicando quem fez, o que fez e quando fez.	5					
2.4. Evitar o acesso não autorizado ao sistema, bloqueando por nível de segurança as funções a serem realizadas						
2.4.1. Controle de acesso, somente por tela	1					
2.5. Mensagens de erro são claras e objetivas	1					
2.6. Possui teclas de atalho para acesso às funções	1					
2.7. Telas, nomes de campos, relatórios possuem padrão único.	1					
2.8. Funcionalidades correlatas dentro do mesmo sistema, sem a necessidade de abrir outros programas, como PPA, LDO, LOA, Balanço e Patrimônio sem sair da Contabilidade.	5					
Total Pontuação Item 2 – 18 pontos no máximo						
Pontuação multiplicada pelo peso (3)						

3. Padronização		Peso	5			
Características que asseguram aderência dos sistemas às normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná						
3.1. Quantidade de Prefeituras, do Estado do Paraná usuários de sistemas da empresa (5 pontos para cada prefeitura, máximo 40 pontos – anexar comprovante)	40					

3.2. Conformidade com a legislação do estado do Paraná e do Município e provimentos e portarias do Tribunal de Contas do estado do Paraná. Comprovado por atestado de capacidade técnica.(anexo ao envelope 01 Habilitação)	10	
Total Pontuação Item 3 – 50 pontos no máximo		
Pontuação multiplicada pelo peso (5)		

4. Compatibilidade		Peso	5
Padrão tecnológico			
4.1. Banco de Dados			
4.1.1. Acesso nativo aos principais bancos de dados relacionais (Oracle, PostGree e Firebird) – sem a troca do executável	15		
4.1.2. Acesso aos principais bancos de dados relacionais – com a troca do executável	5		
4.1.3. Acesso a banco de dados único – somente o fornecido pelo proponente	0		
4.2. Instalação do Banco de Dados em ambiente Linux	20		
Total Pontuação Item 4 – 35 pontos no máximo			
Pontuação multiplicada pelo peso (5)			

5. Módulo de Contabilidade	Peso		5
5.1. Todos os módulos do item 1.1 são perfeitamente integrados e com dados na mesma base. Estão na mesma <i>table-space</i> todas as informações das entidades controladas em todos os exercícios, sem a necessidade de mudar de base para consultar exercícios diversos	7		
5.2. Projeção da receita orçamentária (LRF - Lei 101 - parágrafo 12)	3		
5.3 Atender integralmente à exportação de arquivos previstos no leiaute do SIM-AM, referente ao sistema captador de informações para prestação de contas do TCE/PR, para os itens Tabelas Cadastrais, Módulo Planejamento e Orçamento, Módulo Contábil, Módulo Tesouraria, Módulo Patrimônio, Módulo Obras públicas;	5		
5.4. A exportação de arquivos do leiaute do SIM-AM deverá estar separada em módulos e periodicidade previstos neste arquivo, facilitando o controle dos arquivos a serem gerados;	3		
5.5. Cadastro único de pessoas, integrado com os demais sistemas Cadastro único de todas as leis/atos, integrado com os demais sistemas, atendendo os requisitos previstos no leiaute do SIM-AM	3		

	<u> </u>	
5.6. Cadastro único de todas as leis/atos, integrado com os demais sistemas atendendo os requisitos previstos no leiaute do SIM-AM.	4	
5.7. Elaboração e controle do plano plurianual, com vinculação entre o orçamento	e PPA	
5.7.1. Cadastro de programas com objetivos, metas e indicadores, permitindo o uso de vários indicadores por programa, onde são informados separadamente – em campos distintos – o nome do indicador e sua unidade de medida, o valor de medida atual, a meta a ser alcançada e a medição real	3	
5.7.2. Cadastro de ações com objetivos, aplicação de recursos anuais, produto e unidade de medida com seu valor atual, e acompanhamento anual da meta física alcançada e valor realizado.	3	
5.7.3. O cadastro de Programas, Indicadores e Ação deverá ter o controle de inclusão e demais tipos de movimento previsto no leiaute do SIM-AM, gerando o nr Movimento automaticamente e atender as regras de controle previsto neste leiaute. Deverá manter na base o registro de todos os movimentos e não somente o último.	3	
5.7.4 Vinculação das ações com os respectivos programas, conforme especificação no leiaute do SIM-AM;	3	
5.7.5 O cadastro dos Programas e Ações deverá ser separado por escopo (PPA, LDO, ECA, PMS) com numeração distinta, e ter a possibilidade de vinculação dos mesmos entre os escopos, e a identificação dos não correlacionados conforme as regras previstas no leiaute do SIM-AM;	3	
5.7.6 Identificar os programas e ações cadastrados no escopo PPA, que tenham aplicação na LDO e fazer a vinculação automática entre estes escopos.	3	
5.8. Emissão de todos os anexos exigidos pela Lei 4.320 relativos ao orçamento e balanço anual, na periodicidade desejada – mensal, anual ou entre meses quaisquer, nos casos em que o relatório torne esta opção possível, indicando o primeiro e último.	3	
5.9. Todos os relatórios tem a opção de ser emitidos consolidados com todas as entidades licenciadas no mesmo banco de dados.	3	
5.10. Cadastro de tipos de documentos, configurando a exigibilidade de cada um p podendo em caso de o fornecedor não possuir os certificados de regularidade, igno		
5.10.1. A apuração da licitação	3	
5.10.2. Homologação da licitação	3	

	I	1	1
5.10.3. Estabelecimento do contrato	3		
5.10.4. Requisição de compra	3		
5.10.5. Requisição de empenho	3		
5.10.6. Empenho	3		
5.10.7. Liquidação	3		
5.10.8. Previsão de pagamento	3		
5.10.9. Pagamento	3		
5.11. Os documentos emitidos pelo sistema, como Empenho, Liquidação e Ordem de Pagamento, permitem a impressão de assinatura <i>scaneada</i> do responsável	4		
5.12. Cadastro único de fornecedores, integrado com cadastro único de pessoas, compartilhado com contabilidade, licitação e compras, patrimônio, tributação, protocolo e frotas	5		
5.13. Controle de vencimento dos documentos dos fornecedores	3		
5.14. Cadastro de Obras e Intervenção.	4		
5.15. Atender o plano de contas e os relatórios previstos na PORTARIA MPS № 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.	5		
5.16. Movimentação mensal com lançamentos integrados e "on-line'"			
5.16.1. Um empenho pode aceitar várias liquidações, em documentos distintos e tabelas separadas.	5		
5.16.2. Possibilidade de reversão de estorno de empenho, conforme previsto no leiaute do SIM-AM.	5		
5.16.3. Fornecedores com certidões vencidas não poderão receber empenho.	3		
5.16.4. Uma liquidação pode aceitar vários pagamentos, em documentos distintos e tabelas separadas.	5		
5.16.5. Informação dos documentos fiscais nas liquidações com crítica obrigando o total dos documentos fiscais, a ser o mesmo do valor da liquidação, impedindo o progresso do processo.	3		
5.16.6. Informação dos quantitativos por liquidação, conforme leiaute do SIM-AM, com possibilidade de integração com movimento do almoxarifado.	3		
5.16.7. Preparação do arquivo de remessa de pagamentos aos bancos a partir de previsão de pagamento, nos leiautes cnab e OBN, com baixa automática a partir do arquivo de retorno do banco.	3		

5.16.8. Lançamento de variações patrimoniais a partir dos empenhos e receita orçamentária.	3	
5.16.9. Lançamentos bancário e consignação a partir dos pagamentos, integrando as retenções e movimentação bancária.	3	
5.16.10. Qualquer lançamento pode aceitar estornos parciais ou totais, com reversão automática dos saldos.	3	
5.16.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE – PR, pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR	7	
5.16.12. Geração Automática de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR	5	
5.17. Restos a pagar:		
5.17.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício;	3	
5.17.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar	3	
5.18. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto.	3	
5.19. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária	5	
5.20. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme informação no empenho de grupo de fonte do Exercício ou de Exercício Anteriores, garantindo que não se empenhe valor de Exercício Anteriores maior do que foi suplementado por superávit;	5	
5.21. Cadastro de controle dos convênios	3	
5.22. Cadastro e controle das Subvenções Sociais com a prestação de contas por parte das entidades beneficiárias, a prestação de contas por parte das entidades beneficiárias deve ser pela web.	7	
5.23. Controle dos recursos do Fundeb e demais fontes de recursos e convênios, com a emissão dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas do Paraná. Lançamentos gerados automaticamente, sem a necessidade de redigitação	3	

5.24. Controle da programação financeira, por grupos de conta definidos pela entidade, registrando os atos de definição da programação financeira, garantindo que não seja empenhado mais do que a programação permite, mesmo que exista saldo orçamentário disponível	3		
5.25. Integração entre os módulos	•	•	
5.25.1 Importação dos dados gerados pelo Sistema de Tributação, gerando reconhecimento prévio dos direitos a receber (ativo), lançamento contábil de inscrição de créditos em divida ativa, realização da receita controlando se o crédito estava reconhecimento previamente ou não, com possibilidades de estornos conforme metodologia da prestação de contas do tribunal.	3		
5.25.2. Importação dos empenhos, liquidações, retenções (receita orçamentária e extra) e despesa extra orçamentária diretamente do sistema de folha de Pagamento, bem como os lançamentos patrimoniais de reconhecimentos dos passivos (13 salário, férias, etc.).	3		
5.25.3. Controle patrimonial físico e contábil integrado, com as tabelas na mesma base de dados	5		
5.26. Geração de dados para entidades de controle			
5.26.1. Geração de arquivos texto para publicação das contas públicas conforme instrução do TCU	3		
5.26.2. Exportação para a Secretaria de Receita Previdenciária	3		
5.27. Registro - "log" - das transações realizadas por operador	3		
5.28. Todas as entidades estão na mesma base, permitindo a emissão de relatórios consolidados	3		
5.29. Possibilita o início da execução do exercício em fases, mesmo que o anterior não esteja encerrado	3		
5.30. Parametrização de assinaturas por unidade orçamentária, nas notas de empenho, liquidação, pagamentos e seus respectivos estornos	5		
5.31. Parametrização de Ordenador da Despesa por unidade orçamentária, para vinculação automática na geração do empenho, permitindo alteração quando necessário	5		
Total Pontuação Item 5 – 216 pontos no máximo			
Pontuação multiplicada pelo peso (5)			
6. Módulo de Licitação e Compras Peso			3
6.1. Cadastro de fornecedores e contas de despesa compartilhados com a contabilidade. Não devem existir cópias, mas acesso simultâneo à mesma base de dados			

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

6.2. Cadastro de produtos e serviços classificados em grupos e subgrupos	3		
6.3. Emissão de solicitações de compra de material e serviços com as indicações das dotações orçamentárias – órgão, unidade, projeto ou atividade, natureza de despesa, fonte de recursos e complemento da natureza – respeitando os saldos orçamentários	3		
6.4. Abertura dos processos de compras com o acompanhamento de seus andamentos em todo o processo, desde a solicitação original (item 6.3) até o pagamento.	5		
6.5. Controle dos processos licitatórios de maneira que impeça o andamento se o processo não for deferido	3		
6.6. Possibilidade de acompanhar a situação da dotação (interligado com o sistema de orçamento), lançando previsões na fase inicial do processo, e acompanhamento até a fase de compras/empenho.	4		
6.7. O status do processo de compra ou do processo licitatório, permitindo à pessoa interessada consultar a real situação e o local onde se encontra, deve ser consultado a partir da solicitação de compra original, tornando desnecessário conhecer os demais números de processo, bastando apenas ter em mãos o número da solicitação original	5		
6.8. Cadastro de licitações com geração dos editais	3		
6.9. Geração dos editais e demais documentos, a partir de modelos pré-de	efinidos	•	
6.9.1. Os modelos podem ser alterados pelos operadores	3		
6.9.2. Deve haver a possibilidade de haver mais de um modelo para cada documento, guardando em base todos os modelos criados	3		
6.9.3. Cada documento deve ser automaticamente mesclado com as informações de processos e/ou licitações, com dados de itens, contas e outros que sejam inerentes ao documento	3		
6.9.4. Todos os documentos emitidos são armazenados na base de dados, permitindo uma rápida recuperação no momento em que for necessário. (em alguma pasta da máquina ou servidor)	3		
6.10. Geração dos editais, anexos de demais documentos a partir de modelos pré-definidos com a gravação na base de dados dos documentos emitidos	4		
6.11. Cadastro de propostas com a emissão de mapa de apuração e indicação de vencedores	3		
6.12. Leitura de propostas a partir de meio magnético com geração automática dos mapas	3		
6.13. Apuração das propostas por avaliação global, por lote, por item, podendo ser pelo menor valor ou pelo maior desconto	3		

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

6.14. Acompanhamento do pregão presencial com o registro de todos os lances, preservando todas as rodadas até a seleção do vencedor	3			
6.15. Modalidade registro de preços, com o controle das quantidades licita	adas/adquirida	as com as funcio	onalidades:	
6.15.1. A administração deve ter a opção de comprar do fornecedor mais atrativo no momento da aquisição, podendo ou não ser o vencedor do certame	3			
6.15.2. Deve ser possível adquirir certa quantidade de produtos de um fornecedor e o restante de outro, mesmo que de proposta menos vantajosa, quando o vencedor compromete-se a vender apenas uma parte do licitado.	3			
6.16. Controle dos contratos, armazenando os documentos, e controlando vencimentos e saldos de quantidade e valor.	3			
6.17. Possibilidade de emissão de requisições de empenhos com integração com a Contabilidade. No momento do empenho, só é necessário informar o número da requisição correspondente buscando automaticamente todas as informações necessárias.	3			
6.18. Publicação dos contratos na Internet no site da Entidade através do Portal da Transparência	3			
6.19. Publicação dos editais e seus anexos na Internet, bem como as atas e documentos pertinentes, permitindo o download destes	3			
6.20. Controle de Requisição de compras	3			
Total Pontuação Item 6 – 82 pontos no máximo				
Pontuação multiplicada pelo peso (3)				
7. Módulo de Recursos Humanos	Peso			3
7.1. Cadastro de funcionários, servidores, agentes políticos e dependentes, controlando a situação destes	3			
7.2. Cadastro de vantagens e descontos, parametrizando forma de cálculo e incidências	3			
7.3. Cálculo conforme movimentação no período, com possibilidade de adiantamento	3			
7.4. Controle de férias e licenças	3			
7.5. Impressão de contracheques, impressão de cheques, integração com bancos e contabilidade, permitindo gerar empenhos, liquidações, previsões de pagamento, com suas retenções e geração de lançamentos de receita orçamentária e extra a partir das retenções	3			
7.6. Pagamento através de meio eletrônico (EDI)	3			
7.7. Integração com RAIS e SEFIP, PASEP, CAGED, DIRF e TCE-PR	3			

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

7.8. Geração de arquivo de exportação para Sistema de Previdência – SIPREV	3	
7.9. Geração de guias e relatórios para o Fundo de Previdência Municipal	3	
7.10. Emissão de comprovantes de rendimentos e ficha financeira	3	
7.11. Relatório permitindo a escolha dos dados cadastrais do servidor	3	
7.12. Relatórios por centro de custos	3	
7.13. Cadastro de tempo de serviço anterior, permitindo consultas aos tempos averbados e previsão da data de aposentadoria	3	
7.14. Cadastro e emissão das fichas de compensação previdenciária	3	
7.15. Emissão dos requerimentos de benefícios de acordo com o INSS	3	
7.16. Integração com entidades para empréstimos consignados	3	
7.17. Importação de arquivo de relógio ponto	3	
7.18. Cadastro de autônomos, adicionando os respectivos valores na Guia do Sefip	3	
7.19. Exportação de arquivos para o Manad	3	
7.20. Avaliação de desempenho com as seguintes funcionalidades:	l.	 •
7.20.1. Cadastro de grupos de avaliação	3	
7.20.2. Cadastro de itens a serem avaliados e suas pontuações	3	
7.20.3. Emissão dos formulários	3	
7.20.4. Controle de freqüência da avaliação	3	
7.21. Emissão de relatórios em PDF	3	
7.22. Registro de transações - "log"	3	
Total Pontuação Item 7 – 75 pontos no máximo		
Pontuação multiplicada pelo peso (3)		

8. Módulo de Frotas		3	
8.1. Cadastro de Veículos/Máquinas integrado ao Patrimônio com as segui	ntes funciona	lidades:	
8.1.1. Os veículos ou máquinas sob controle do sistema de frotas devem estar previamente cadastrados no sistema de patrimônio e não devem ser gravados novamente no sistema de frotas	7		
8.1.2. Os valores de aquisição, depreciação e baixa não podem ser digitados no sistema de frota, mas devem ser consultados por este sistema	5		
8.1.3. Os veículos devem ser classificados por espécie/marca/modelo	3		
8.1.4. Os veículos devem ser classificados pela tabela FIPE	3		

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro FONE/FAX (042) 3459-1109

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

8.1.5. Deve haver um cadastro de categoria de habilitação mínima para utilização do veículo	3			
8.2. Cadastro de motoristas integrado ao cadastro de pessoas e servidores	com as seguir	ntes funcionalid	ades:	
8.2.1. O motorista está inserido no mesmo cadastro de pessoas da contabilidade, com sua matrícula do RH e não deve haver duplicidade de cadastro	3			
8.2.2. Cadastro de habilitação dos motoristas com controles de vencimento	3			
8.2.3. Controle de pontuação de infração. Cadastro das pontuações/situação da CNH consultadas através do site do DETRAN, com a pontuação conferida de acordo com o tipo de infração	3			
8.3. Cadastro de fornecedores integrado com o sistema de contabilidade com classificação por atividade (abastecimento, lavagem, manutenção, etc)	3			
8.4. Cadastro de acessórios com as seguintes funcionalidades:				
8.4.1. Integrado com o cadastro de produtos do sistema de licitações e compras	3			
8.4.2. Individualização dos acessórios, atribuindo um código para cada peça, permitindo seu rastreamento	3			
8.4.3. Controle da localização de cada acessório nos veículos	3			
8.4.4. Controle da validade de cada acessório, indicando sua troca, reparo ou recarga	3			
8.5. Controle de abastecimento com as seguintes funcionalidades:	I.			
8.5.1. Pode ser externo, em postos contratados por licitação ou eventual, ou interno, na bomba do Município	3			
8.5.2. O combustível é um produto cadastrado no sistema de licitações e compras	3			
8.5.3. Quando o abastecimento se dá por licitação, deve proporcionar o controle de saldos, impedindo o abastecimento fora dos limites	3			
8.5.4. As licitações de combustíveis são gravadas apenas no sistema de licitações e compras e devem apenas ser consultadas no sistema de frotas	3			
8.5.5. Deve indicar as médias de consumo e preços unitários de abastecimento por veículo	3			
8.6. Cadastro de manutenção com agendamento dos serviços e lançamento das ordens serviço controlando os consumos	3			
8.7. Controles de utilização de veículo por:				
8.7.1. Motorista	3			



CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

8.7.2. Destino	3	1	1
8.7.3. Período	3		
8.7.4. Controle de hodômetro/horímetro	3		
8.7.5 Cadastro de multas	3		
8.7.6. Ocorrências diversas	3		
8.7.7. Agendamento prévio	3		
8.8. Controle de pneus integrado com o cadastro de produtos do sistema de compras e licitações, individualizando cada pneu	3		
8.9. Controle de localização dos pneus por veículo e posição	3		
8.10. Controle das datas de recapagens dos pneus	3		
8.11. Rastreamento da frota com as seguintes funcionalidades:			•
8.11.1. Cadastro dos equipamentos de rastreamento com identificação do veículo em que está instalado	5		
8.11.2. Coleta dos dados transmitidos através de GPRS, via UDP	5		
8.11.3. Visualização da posição de todos os veículos da frota em mapa	5		
8.11.4. Visualização de rota percorrida por determinado veículo em mapa, com indicação de variação de velocidade com datas e horários de cada medição	5		
8.11.5. Os dados devem ser armazenados diretamente em servidor próprio da prefeitura e nunca em servidor do fabricante do aparelho	5		
8.11.6. Provisoriamente, enquanto o Município não disponibiliza estrutura se servidor e internet para receber estes dados a comunicação pode ser feita com outro servidor, mas os dados devem ser sincronizados com a prefeitura em no máximo uma hora após a recepção. Assim que a administração providencie a estrutura necessária, o histórico de rastreamento deve ser repassado imediatamente ao Município	5		
8.12. Exportação de dados para o SIM-AM (TCE-PR)	7		
8.13. Relatórios:			1
8.13.1. Abastecimentos de veículos: cálculo de preço médio por litro, média de consumo por veículo, modelo, marca, espécie	3		
8.13.2. Análise de consumo de combustível em ordem decrescente de consumo por modelo de veículo	3		
8.13.3. Despesas dos veículos: todas as despesas referentes a um período (abastecimentos, impostos, manutenção)	3		
8.13.4. Utilização dos Veículos: período, motorista, destino	3		
8.14. Sistema roda em ambiente WEB	7		
Total Pontuação Item 8 – 149 pontos no máximo			
Pontuação multiplicada pelo peso (3)			

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

O Doubel de Tuere en evên sie		Daga	2
9. Portal da Transparência9.1. Deve utilizar o mesmo banco de dados dos demais sistemas, sem a	7	Peso	3
necessidade de realizar cópias periódicas ou processamento em lote	,		
recessituate de realizar copias periodicas ou processamento en rote			
9.2. Deve permitir as consultas			
9.2.1. Certidões de pessoas físicas e jurídicas referente a todos os	3		
tributos			
9.2.2. Validação das certidões emitidas, a partir de código de	3		
segurança impresso nos documentos			
9.2.3. Protocolos abertos pelo contribuinte	3		
9.2.4. Extrato de fornecedores que conste todos os empenhos,	3		
liquidações e pagamentos, incluindo as retenções efetuadas,			
consolidando os saldos a liquidar e a pagar			
9.2.5. Relatório da execução orçamentária	3		
9.2.6. Relação de salários por função	3		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
9.2.7. Todos os documentos de licitações em qualquer fase. Qualquer documento gerado nas licitações pode ser divulgado imediatamente	3		
após a geração, sem a necessidade de gerar arquivos ou copiá-los para			
pastas específicas			
9.2.8. Emissão de segunda via de carnês	3		
9.2.9. Relação de contratos com downloads de documentos	3		
9.2.10. Relação de requisição de compras por produto	3		
9.3. O contribuinte pode gerar e emitir guias de arrecadação dos tributos	3		
que a administração configurar como possível de geração de guias pela			
Internet			
9.4. Abertura de processos pela internet	3		
9.5. Abertura de processos de ouvidoria pela internet	3		
9.6. Controle de subvenções			
9.6.1. Parte privada - necessita de login e senha para acessar			
9.6.1.1. Digitação de prestação de contas por parte da entidade	3		
beneficiada. Deve conter os dados necessários para a prestação de			
contas ao TCE-PR			
9.6.1.2. Emissão dos relatórios para prestação de contas	3		
9.6.1.3. Somente as entidades cadastradas pelo Sistema de	3		
Contabilidade podem acessar este módulo e pelo tempo que o	•		
administrador permitir			

9.6.2. Parte pública - acessível a qualquer cidadão sem a necessidade cadastro prévio						
9.6.2.1.Consulta de validade de certidão negativa da Beneficiária 3						
9.7. Integração com Recursos Humanos - acesso privado somente aos dados de que se logou						
9.7.1. Visualização do contracheque do servidor						
9.7.2. Emissão do comprovante de rendimentos						
9.7.3. Visualização da ficha completa do servidor						
Total Pontuação Item 9 – 71 pontos no máximo						
Pontuação multiplicada pelo peso (3)						

_			
102. Módulo de Tributação		Peso	5
10.1. Cadastro geral de contribuintes, integrado com a contabilidade, permitindo que uma pessoa tenha somente um cadastro em toda a prefeitura	3		
10.2. Cadastro de imóveis, com os campos configuráveis pela prefeitura	3		
10.3. Um terreno pode ter várias construções, sem a necessidade de cadastrar imóveis diferentes	5		
10.4. Um imóvel pode ter vários proprietários, mantendo o histórico das alterações	3		
10.5. Cadastro de empresas e autônomos. As empresas são classificadas pelo CNAE e os autônomos pela tabela de CBO	3		
10.6. Cadastro do contrato social das empresas, controlando os sócios e suas participações e mantendo o histórico das informações	3		
10.7. Histórico de anotações e observações por imóveis e empresas	3		
10.8. Lançamento de IPTU, taxas de serviços urbanos, ISSQN, taxas de exercício de poder de polícia, contribuição de melhorias e receitas diversas. Os lançamentos devem ser precedidos de simulações que não interferem na dívida mobiliária e não interferem nas tabelas ativas. A partir de uma simulação é possível realizar o respectivo lançamento.	3		
10.9. Ao efetivar o lançamento, não é mais ser possível alterá-lo, a não ser via cancelamento, de maneira a fazer constar na contabilidade os lançamentos devidos mantendo a coerência entre a contabilidade e a tributação	3		
10.10. Emissão de carnês - com código de barras padrão Febraban ou fichas de compensação e controle de recebimentos com caixa automatizado e integração com Contabilidade	3		
10.11. Baixas a partir de arquivo de retorno dos bancos	3		

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

10.12. Baixas lançadas e atualizadas "on-line" permitindo a impressão de negativas no instante seguinte ao registro do pagamento, sem processamentos "em lote" e sem dados redundantes.	3	
10.13. É possível inscrever em dívida ativa por contribuinte, por exercício/tributo.	3	
10.14. Configuração de tabelas de acordo com a legislação tributária do Município;	3	
10.15. Atualização monetária, juros e multa calculados no momento da utilização, sem a necessidade de processamento periódico, com a parametrização da forma de acréscimos pelo administrador.	3	
10.16. Possibilidade de efetuar tantos parcelamentos ou reparcelamentos quantos a legislação municipal permitir, sem a perda dos históricos.	3	
10.17. Emissão de extratos analíticos consolidados por contribuinte	3	
10.18. Exportação de arquivo do diário de arrecadação integrado com a contabilidade nos moldes definidos pelo SIM-AM do TCE-PR	7	
10.19. Possibilidade de o contribuinte emitir certidões na Internet	3	
10.20. Após a contabilização da arrecadação de determinado dia, não pode mais ser possível alterar qualquer lançamento com data anterior, de maneira a manter sempre consistente os dois módulos.	7	
10.21. Registro - "log" - das transações realizadas por operador	3	
Total Pontuação Item 10 – 73 pontos no máximo		
Pontuação multiplicada pelo peso (5)		

Valor total dos pontos máximo por item	739	
Valor total dos pontos já multiplicados pelo peso	2865	
Valor total dos pesos	38	

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITO MUNICIPAL

À Comissão de Licitação

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO III MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.:	Tomac	da de Preços nº/2016				
Α	licitant	te			com	sede à
		cidade				Estado
		Telefone CNPJ/MF				propõe ao
Muni		de FERNANDES PINHEIRO-PR a exec			· ·	-
	-	omada de Preços Nº 019/2016, o segu	=		onstante ne	
	1	I. Considera como valor global da pro	oposta	: R\$ (.	•••••	.) (valor por
	6	extenso)				
ltem	Nome	do produto/serviço	Quanti dade	Unid ade	máximo	Preço máximo total
1	1.7. Plurian	Contabilidade, Orçamento Anual, Plano ual, Controle Patrimonial.	12,00	MS	R\$ 7.600,00	R\$ 91.200,00
	1.7.1.	Todos os módulos do item 1.1 devem ser perfeitamente integrados e com dados na mesma base. Devem estar na mesma table-space todas as informações das entidades controladas em todos os exercícios, sem a necessidade de mudar de base para consultar exercícios diversos;				
	1.7.2.	Projeção da receita orçamentária (LRF - Lei 101 – art. 12);				
	1.7.3.	Atender integralmente à exportação de arquivos previstos no leiaute do SIM-AM, referente ao sistema captador de informações para prestação de contas do TCE/PR, para os itens Tabelas Cadastrais, Módulo Planejamento e Orçamento, Módulo Contábil, Módulo Tesouraria, Módulo Patrimônio, Módulo Obras públicas;				
	1.7.4.	A exportação de arquivos do leiaute				

do SIM-AM deverá estar separada em módulos e periodicidade previstos neste arquivo, facilitando o controle

CAN DES PINEE TO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

THE DEST TRAINING	C Man. Hollacao @ Torrial	
	dos arquivos a serem gerados;	
1.7.5.	Cadastro único de pessoas, integrado	
	com os demais sistemas, atendendo	
	todos os requisitos previstos no leiaute	
	do SIM-AM;	
1.7.6.	Cadastro único de todas as leis/atos,	
	integrado com os demais sistemas,	
	atendendo os requisitos previstos no	
	leiaute do SIM-AM.	
1.7.7.	Elaboração e controle do plano	
	plurianual, com vinculação entre o	
	orçamento e PPA;	
1.7.7	7.1. Cadastro de programas com	
	objetivos, metas e indicadores,	
	permitindo o uso de vários	
	indicadores por programa, onde	e
	são informados separadamente	
	– em campos distintos – o nome	
	do indicador e sua unidade de	
	medida, o valor de medida	
	atual, a meta a ser alcançada e	э
	a medição real;	
1.7.7	3	
	objetivos, aplicação de recursos	S S
	anuais, produto e unidade de	
	medida com seu valor atual, e	
	acompanhamento anual da	
	meta física alcançada e valor	
	realizado;	
1.7.7	•	
	Indicadores e Ação deverá ter o)
	controle de inclusão e demais	
	tipos de movimento previsto no	
	leiaute do SIM-AM, gerando o	
	Movimento automaticamente e	
	atender as regras de controle	
	previsto neste leiaute. Deverá	
	manter na base o registro de	
	todos os movimentos e não	
1 7 7	somente o último;	
1.7.7	3	
	respectivos programas,	
	conforme especificação no leiaute do SIM-AM;	
1 7 7		
1.7.3	Ações deverá ser separado por	
	escopo (PPA, LDO, ECA, PMS)	
	com numeração distinta, e ter a	,
	com nomeração distinta, e tel d	4

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro FONE/FAX (042) 3459-1109

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

				1	1
		possibilidade de vinculação dos			
		mesmos entre os escopos, e a			
		identificação dos não			
		correlacionados conforme as			
		regras previstas no leiaute do			
		SIM-AM;			
1.7	7.0				
1.7.	7.6.	Identificar os programas e ações			
		cadastrados no escopo PPA,			
		que tenham aplicação na LDO			
		e fazer a vinculação automática			
		entre estes escopos.			
1.7.8.	Emis	são de todos os anexos exigidos			
	pela	Lei 4.320 relativos ao orçamento			
		ılanço anual na periodicidade			
		ejada – mensal, anual ou entre			
		es quaisquer, nos casos em que o			
		ório torne esta opção possível,			
		cando o primeiro e último.			
1.7		·			
1./.	8.1.	Todos os relatórios devem ter a			
		opção de ser emitidos			
		consolidados com as entidades			
		de um mesmo banco de dados;			
1.7.9.		astro de tipos de documentos,			
		igurando a exigibilidade de cada			
	um p	para as diversas fases da despesa,			
	pode	endo em caso de o fornecedor			
	não	possuir os certificados de			
	regu	laridade, ignorar, emitir aviso ou			
	impe	edir:			
1.7.	9.1.	A apuração da licitação;			
	9.2.	Homologação da licitação;			
	9.3.	Estabelecimento do contrato;			
	9.4.	Requisição de compra;			
1.7.		Requisição de empenho;			
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
1.7.		Empenho;			
1.7.		Liquidação;			
1.7.		Previsão de pagamento;			
1.7.		Pagamento;			
1.7.10.		ocumentos emitidos pelo sistema,			
		o Empenho, Liquidação e Ordem			
	de P	agamento, devem permitir a			
	impr	essão de assinatura scaneada do			
	resp	onsável;			
1.7.11.	Cad	astro único de fornecedores,			
	inted	grado com cadastro único de			
	_	oas, compartilhado com			
		abilidade, licitação e compras,			
		tação, protocolo, patrimônio e			
1		- 3 - 3,		l .	

PARALES FILITERIA SEA

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

1				T	
	frota	S;			
1.7.12.	Con ⁻	trole de vencimento dos			
	docı	umentos dos fornecedores;			
1.7.13.	Cad	astro de Obras e Intervenção.			
1.7.14.	Aten	der o plano de contas e os			
	relat	órios previstos na PORTARIA MPS			
		09, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.			
1.7.15.		imentação mensal com			
		amentos integrados e "on-line";			
1.7.	15.1.	Um empenho pode aceitar			
		várias liquidações, em			
		documentos distintos e tabelas			
		separadas;			
1 7	15.2.	Possibilidade de reversão de			
1.7.	13.2.	estorno de empenho conforme			
		previsto no leiaute do SIM-AM;			
1 7	15.3.	Fornecedores com certidões			
1./.	13.3.	vencidas não poderão receber			
		empenho;			
1 7	15.4.	Uma liquidação pode aceitar			
1./.	13.4.	vários pagamentos, em			
		documentos distintos e tabelas			
1 7	155	separadas;			
1./.	15.5.	Informação dos documentos			
		fiscais nas liquidações com			
		crítica obrigando o total dos			
		documentos fiscais a ser o			
		mesmo do valor da liquidação,			
		impedindo o progresso do			
1.5	15.6	processo;			
1./.	15.6.	Informação dos quantitativos			
		por liquidação, conforme leiaute			
		SIM AM vigente, com			
		possibilidade de integração com			
		movimento do almoxarifado;			
1.7.	15.7.	Preparação do arquivo de			
		remessa de pagamentos aos			
		bancos a partir de previsão de			
		pagamento, nos leiautes			
		cnab240 e OBN, com baixa			
		automática a partir do arquivo			
		de retorno do banco;			
1.7.	15.8.	Lançamento de variações			
		patrimoniais a partir dos			
		empenhos e receita			
		orçamentária;			
1.7.	15.9.	Lançamentos bancário e			
		consignação a partir dos			1



CNPJ 01619323/0001-20

pagamentos, integrando as retenções e movimentação bancária; 1.7.15.10. Qualquer lançamento pode aceitar estornos parciais ou totais, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o planos de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme leiare do empenho, conforme leiarem por la pagamento de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme leiarem por la pagamento de mança do por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme la pagamento de de mança do por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho, conforme pagamento de compenho de suplementação no momento do empenho, conforme pagamento de compenho de comp			ľ	T
bancária: 1.7.15.10. Qualquer lançamento pode aceitar estornos parciais ou totals, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto: 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração dos decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		pagamentos, integrando as		
bancária: 1.7.15.10. Qualquer lançamento pode aceitar estomos parciais ou totals, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estomos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto: 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração dos decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		retenções e movimentação		
1.7.15.10. Qualquer lançamento pode aceitar estomos paraciais ou totais, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estomos, de restos a pagar e do exercício, conforme leicute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo o saldo em separado no momento do empenho,				
aceitar estomos parciais ou totais, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1 7 15 10	•		
totais, com reversão automática dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituido pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar a do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlado o saldo em separado no momento do empenho,	1.7.13.10.			
dos saldos; 1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábels e emissão do diário contábels e emissão do diário contábel para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlado o saldo em separado no momento do empenho,		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
1.7.15.11. Geração dos lançamentos contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlado o saldo em separado no momento do empenho,				
contábeis e emissão do diário contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumeror. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
contábil para o plano de contas único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE- PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1.7.15.11.			
único instituído pelo TCE - PR bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos adefinidos pelo SIM-AM da TCE- PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
bem como pelas Instruções Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE- PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		contábil para o plano de contas		
Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		único instituído pelo TCE - PR		
Técnicas, conforme eventos definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		bem como pelas Instruções		
definidos pelo SIM-AM do TCE-PR; 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
PR: 1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
1.7.15.12. Geração de lançamentos contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávir, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
contábeis no subsistema de controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1 7 15 12			
controle e orçamentário previsto no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1.7.13.12.			
no PCASP e adotado pelo TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
TCE/PR. 1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		=		
1.7.16. Restos a pagar: 1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
1.7.16.1. Inscrição do saldo de restos a pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1.7.16 Posts			
pagar automaticamente quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
quando da abertura do exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1./.16.1.			
exercício; 1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		, •		
1.7.16.2. Numeração única e em ordem cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		•		
cronológica de liquidação e pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
pagamentos, e seus estornos, de restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1.7.16.2.			
restos a pagar e do exercício, conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		cronológica de liquidação e		
conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		pagamentos, e seus estornos, de		
conforme leiaute do SIM-AM. Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		restos a pagar e do exercício,		
Esta numeração deverá ser gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
gerada no momento da gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
gravação, sem processo de renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
renumerar. 1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		-		
1.7.17. Alterações orçamentárias permitindo várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
várias suplementações, cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1 7 17 Alter			
cancelamentos de diversas fontes no mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
mesmo decreto; 1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		•		
1.7.18. Efetivação das alterações orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
orçamentárias somente por iniciativa do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
do operador, permitindo que a elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
elaboração do decreto não interfira na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,	1	·		
na execução orçamentária; 1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
1.7.19. Controle de suplementação por superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,		=		
superávit, controlando o saldo em separado no momento do empenho,				
separado no momento do empenho,		the contract of the contract o		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				
conforme informação no empenho de	sepa	rado no momento do empenho,		
	confo	orme informação no empenho de		
grupo de fonte do Exercício ou de	grupo	o de fonte do Exercício ou de		



	Exercício Anteriores, garantindo que	
	não se empenhe valor de Exercício	
	Anteriores maior do que foi	
	suplementado por superávit;	
1.7	·	
1.7.		
1.7.	3	
	Sociais com a prestação de contas	
	por parte das entidades beneficiárias,	
	a prestação de contas por parte das	
	entidades beneficiárias deve ser pela	
	web.	
1.7.		
	demais fontes de recursos e	
	convênios, com a emissão dos	
	relatórios exigidos pelo Tribunal de	
	Contas do Paraná. Lançamentos	
	gerados automaticamente, sem a	
	necessidade de redigitação;	
1.7.	, ,	
	por grupos de conta definidos pela	
	entidade, registrando os atos de	
	definição da programação financeira,	
	garantindo que não seja empenhado	
	mais do que a programação permite,	
	mesmo que exista saldo orçamentário	
1 1 7	disponível;	
1.7.	O 3	
1.7.	, ,	
	Sistema de Tributação, gerando	
	reconhecimento prévio dos direitos a	
	receber (ativo), lançamento contábil	
	de inscrição de créditos em divida	
	ativa, realização da receita	
	controlando se o crédito estava	
	reconhecimento previamente ou não,	
	com possibilidades de estornos	
	conforme metodologia da prestação	
1 1 7	de contas do tribunal.	
1.7.		
	liquidações, retenções (receita	
	orçamentária e extra) e despesa extra	
	orçamentária diretamente do sistema	
	de folha de Pagamento, bem como	
	os lançamentos patrimoniais de	
	reconhecimentos dos passivos (13	
	salário, férias, etc.).	
1.7.	·	
	integrado, com as tabelas na mesma	

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br base de dados; Geração de dados para entidades de 1.7.28. controle; 1.7.28.1. Geração de arquivos texto para publicação das contas públicas conforme instrução do TCU; 1.7.28.2. Exportação para a Secretaria de Receita Previdenciária; Registro - "log" - das transações 1.7.29. realizadas por operador; 1.7.30. Todas as entidades devem estar na mesma base, permitindo a emissão de relatórios consolidados; Possibilitar o início da execução do 1.7.31. exercício em fases, mesmo que o anterior não esteja encerrado; 1.7.32. Parametrização de assinaturas por unidade orçamentária, nas notas de empenho, liquidação, pagamentos e seus respectivos estornos; 1.7.33. Parametrização de Ordenador da Despesa por unidade orçamentária, para vinculação automática na geração do empenho, permitindo alteração quando necessário; Licitação e Compras 1.8. Cadastro de fornecedores e contas 1.8.1. de despesa compartilhados com a contabilidade. Não deve existir cópias, mas acesso simultânea à mesma base de dados: Cadastro de produtos e serviços 1.8.2. classificados em grupos e subgrupos; Emissão de solicitações de compra de 1.8.3. material e servicos com as indicações das dotações orçamentárias – órgão, unidade, projeto ou atividade, natureza de despesa, fonte de recursos e complemento da natureza - respeitando os saldos orçamentários; Abertura dos processos de compras 1.8.4. com o acompanhamento de seus andamentos em todo o processo, desde a requisição até o pagamento; Controle dos processos licitatórios de 1.8.5. maneira que impeça o andamento se

o processo não for deferido;	
1.8.6. Possibilidade de acompanhar a	
situação da dotação (interligado com	
o sistema de orçamento), lançando	
previsões na fase inicial do processo, e	
acompanhamento até a fase de	
compras/empenho.	
1.8.7. O status do processo de compra ou	
do processo licitatório, permitindo à	
pessoa interessada consultar a real	
situação e o local onde se encontra,	
deve ser consultado a partir da	
solicitação de compra original,	
tornando desnecessário conhecer os	
demais números de processo,	
bastando ter em mãos o número da	
solicitação original;	
1.8.8. Cadastro de licitações com geração	
dos editais;	
1.8.9. Geração dos editais e demais	
documentos, a partir de modelos pré-	
definidos;	
1.8.9.1. Os modelos devem ser alterados	
pelos operadores;	
1.8.9.2. Deve haver a possibilidade de	
haver mais de um modelo para	
cada documento, guardando	
em base todos os modelos	
criados;	
1.8.9.3. Cada documento deve ser	
automaticamente mesclado	
com as informações de	
processos e/ ou licitações, com	
dados de itens, contas e outros	
que sejam inerentes ao	
documento;	
1.8.9.4. Todos os documentos emitidos	
devem ser armazenados na	
base de dados, permitindo uma	
rápida recuperação no	
momento em que for necessário;	
1.8.10. Geração dos editais, anexos de	
demais documentos a partir de	
modelos pré-definidos com a	
gravação na base de dados dos	
documentos emitidos;	
1.8.11. Cadastro de propostas com a emissão	
de mapa de apuração e indicação	

PA STANDES FINNE NO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

de vencedores; Leitura de propostas a partir de meio 1.8.12. magnético com geração automática dos mapas; Apuração das propostas por 1.8.13. avaliação global, por lote, por item, podendo ser pelo menor valor ou pelo maior desconto; 1.8.14. Acompanhamento do pregão presencial com o registro de todos os lances, preservando todas as rodadas até a seleção do vencedor; 1.8.15. Modalidade registro de preços, com o controle das quantidades licitadas/adquiridas; A administração deve ter a 1.8.15.1. opção de comprar do fornecedor mais atrativo no momento da aquisição, podendo ou não ser o vencedor do certame: 1.8.15.2. Deve ser possível adquirir certa quantidade de produtos de um fornecedor e o restante de outro, mesmo que de proposta menos vantajosa, quando o vencedor compromete-se a vender apenas uma parte do licitado. 1.8.16. Controle dos contratos, armazenando os documentos, e controlando vencimentos e saldos de quantidade e valor: 1.8.17. Possibilidade de emissão de requisições de empenhos com integração com a Contabilidade e no momento do empenho, só é necessário informar o número da requisição correspondente buscando automaticamente todas as informações necessárias.: Gravação de atestados de 1.8.18. liquidação, com a identificação do recebedor do produto/serviço; Publicação dos contratos na Internet 1.8.19. no site da Entidade através do Portal da Transparência; 1.8.20. Publicação dos editais e seus anexos

Q)

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

24	
	na Internet, bem como as atas e
	documentos pertinentes, permitindo o
	download destes;
1.8.21.	Controle de Requisição de compras.
1.9.	Recursos Humanos e Folha Pagamento
1.7.	Recoiled Hermanes e Forma Fagamente
1.9.1.	Cadastro de funcionários, servidores,
	agentes políticos e dependentes,
	controlando a situação destes;
1.9.2.	Cadastro de vantagens e descontos,
	parametrizando forma de cálculo e
	incidências;
1.9.3.	Cálculo conforme movimentação no
	período, com possibilidade de
	adiantamento;
1.9.4.	Controle de férias e licenças;
1.9.5.	Impressão de contracheques,
	impressão de cheques, integração
	com bancos e contabilidade,
	permitindo gerar empenhos,
	liquidações, previsões de pagamento,
	com suas retenções e geração de
	lançamentos de receita orçamentária
1.0.6	e extra a partir das retenções;
1.9.6.	Pagamento através de meio
1 0 7	eletrônico (EDI);
1.9.7.	Integração com RAIS e SEFIP, PASEP, CAGED, DIRF e TCE-PR;
1.9.8.	Geração de arquivo de exportação
1.9.0.	para Sistema de Previdência – SIPREV;
1.9.9.	Geração de guias e relatórios para o
1.9.9.	Fundo de Previdência Municipal;
1.9.10.	Emissão de comprovantes de
1.7.10.	rendimentos e ficha financeira;
1.9.11.	Relatório permitindo a escolha dos
1,,,111,	dados cadastrais do servidor;
1.9.12.	Relatórios por centro de custos;
1.9.13.	Cadastro de tempo de serviço
	anterior, permitindo consultas aos
	tempos averbados e previsão da
	data de aposentadoria;
1.9.14.	Cadastro e emissão das fichas de
	compensação previdenciária;
1.9.15.	Emissão dos requerimentos de
	benefícios de acordo com o INSS;
1.9.16.	Geração arquivos com dados para o
	cálculo atuarial;
1.9.17.	Integração com entidades para

		r	
· ·	réstimos consignados;		
1.9.18. Impo	ortação de arquivo de relógio		
pont	to;		
1.9.19. Cad	astro de autônomos, adicionando		
os re	spectivos valores na Guia do		
Sefip	·		
	ortação de arquivos para o		
Man			
	iação de desempenho;		
1.9.21.	= '		
1.9.21.1.	Cadastro de grupos de		
1 0 21 2	avaliação;		
1.9.21.2.	Cadastro de itens a serem		
	avaliados e suas pontuações;		
1.9.21.3.	Emissão dos formulários;		
1.9.21.4.	Controle de frequência da		
	avaliação;		
	são de relatórios em PDF;		
	stro de transações - "log".		
1.10. Contro	ole de Frotas		
1.10.1. Cad	astro de Veículos/Máquinas		
integ	grado ao Patrimônio.		
1.10.1.1.	Os veículos ou máquinas sob		
	controle do sistema de frotas		
	devem estar previamente		
	cadastrados no sistema de		
	patrimônio e não devem ser		
	gravados novamente no sistema		
	de frotas;		
1.10.1.2.	Os valores de aquisição,		
1.10.1.2.	depreciação e baixa não		
	podem ser digitados no sistema		
	de frota, mas devem ser		
1 10 1 2	consultados por este sistema;		
1.10.1.3.	Os veículos devem ser		
	classificados por		
	espécie/marca/modelo;		
1.10.1.4.	Deve haver um cadastro de		
	categoria de habilitação mínima		
	para utilização do veículo.		
	astro de motoristas integrado ao		
cade	astro de pessoas e servidores.		
1.10.2.1.	O motorista está inserido no		
	mesmo cadastro de pessoas da		
	contabilidade, com sua		
	matrícula do RH e não deve		
	haver duplicidade de cadastro;		
1.10.2.2.	Cadastro de habilitação dos		
1.10.2.2.	Cadasiro de Habilitação dos	1	

1			1	1	ı
		motoristas com controles de			
		vencimento;			
1.10	0.2.3.	Controle de pontuação de			
		infração. Cadastro das			
		pontuações/situação da CNH			
		consultadas através do site do			
		DETRAN, com a pontuação			
		conferida de acordo com o tipo			
		de infração.			
1.10.3.		astro de fornecedores integrado			
		o sistema de contabilidade com			
		ficação por atividade			
	•	stecimento, lavagem,			
		utenção, etc);			
1.10.4.		astro de acessórios.			
1.10	0.4.1.	Integrado com o cadastro de			
		produtos do sistema de			
		licitações e compras;			
1.10	0.4.2.	Individualização dos acessórios,			
		atribuindo um código para			
		cada peça, permitindo seu			
		rastreamento;			
1.10	0.4.3.	Controle da localização de			
		cada acessório nos veículos;			
1.10	0.4.4.	Controle da validade de cada			
		acessório, indicando sua troca,			
1 10 5	C = 1=1	reparo ou recarga.			
1.10.5.		role de abastecimento.			
1.10	0.5.1.	Pode ser externo, em postos			
		contratados por licitação ou			
		eventual, ou interno, na bomba			
1 1/	0.5.2	do Município;			
1.10	0.5.2.	O combustível é um produto cadastrado no sistema de			
		licitações e compras;			
1 1/	0.5.3.	Quando o abastecimento se dá			
1.10	0.5.5.	por licitação, deve proporcionar			
		o controle de saldos, impedindo			
		o abastecimento fora dos limites.			
1 10	0.5.4.	As licitações de combustíveis são			
1.10	от.	gravadas apenas no sistema de			
		licitações e compras e devem			
		apenas ser consultadas no			
		sistema de frotas;			
1 10	0.5.5.	Deve indicar as médias de			
1.10		consumo e preços unitários de			
		abastecimento por veículo;			
1.10.6.	Cado	astro de manutenção com			
1			I .	<u> </u>	l

PAR DES PINNE IN

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

1		1	
_	ndamento dos serviços e		
	amento das ordens serviço		
	rolando os consumos;		
	roles de utilização de veículo por:		
1.10.7.1.	Motorista;		
1.10.7.2.			
1.10.7.3.	Período;		
1.10.7.4.	Controle de		
	hodômetro/horímetro;		
1.10.7.5.	Cadastro de multas;		
1.10.7.6.	Ocorrências diversas;		
1.10.7.7.	Agendamento prévio.		
1.10.8. Cont	role de pneus integrado com o		
cado	astro de produtos do sistema de		
	oras e licitações, individualizando		
	a pneu;		
	role de localização dos pneus por		
	ulo e posição;		
	role das datas de recapagens		
	oneus;		
· ·	eamento da frota		
	Cadastro dos equipamentos de		
	rastreamento com identificação		
	do veículo em que está		
	instalado;		
1.10.11.2.	·		
	através de GPRS, via UDP;		
1.10.11.3.	Visualização da posição de		
	todos os veículos da frota em		
	mapa;		
1.10.11.4.	Visualização de rota percorrida		
1.10.11.	por determinado veículo em		
	mapa, com indicação de		
	variação de velocidade com		
	datas e horários de cada		
	medição.		
1.10.11.5.	Os dados devem ser		
1.10.11.3.	armazenados diretamente em		
	servidor próprio da prefeitura e		
	nunca em servidor do fabricante		
	do aparelho;		
1.10.11.6.	Provisoriamente, enquanto o		
1.10.11.0.	Município não disponibiliza		
	estrutura se servidor e internet		
	para receber estes dados a		
	· ·		
	comunicação pode ser feita		
	com outro servidor, mas os		
	dados devem ser sincronizados		

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro FONE/FAX (042) 3459-1109

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

	com a prefeitura em no máximo		
	uma hora após a recepção.		
	Assim que a administração		
	providencie a estrutura		
	necessária, o histórico de		
	rastreamento deve ser		
	repassado imediatamente ao		
	Município.		
1.10.12.	·		
1.10.12.	(TCE-PR);		
1 10 12	Relatórios		
	0.13.1. Abastecimentos de veículos:		
1.10			
	cálculo de preço médio por litro,		
	média de consumo por veículo,		
	modelo, marca, espécie;		
1.10	0.13.2. Análise de consumo de		
	combustível em ordem		
	decrescente de consumo por		
	modelo de veículo;		
1.10	0.13.3. Despesas dos veículos: todas as		
	despesas referentes a um		
	período (abastecimentos,		
	impostos, manutenção);		
1.10	0.13.4. Utilização dos Veículos: período,		
	motorista, destino.		
1.10.14.	·		
	apenas consulta de dados gerados		
	por outro subsistema, tal		
	obrigatoriedade deve-se a manter os		
	dados em local único, evitando a		
	existência de divergências entre		
	cadastros;		
1.10.15.			
	– internet e intranet.		
1.11.	Portal da Transparência		
1.11.1.	Deve utilizar o mesmo banco de		
	dados dos demais sistemas, sem a		
	necessidade de realizar cópias		
	periódicas ou processamento em lote;		
1.11.2.	Deve permitir as consultas:		
1.1	.2.1. Certidões de pessoas físicas e		
	jurídicas referente a todos os		
	tributos;		
1.1	.2.2. Validação das certidões		
	emitidas, a partir de código de		
	segurança impresso nos		
	documentos;		
		1	l

Q)

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

PERSANDES PINHEIRO	e-mail: licitacao@fernan	despinheiro.pr.gov.br
1.11.	.2.3. Protocolos abertos pelo	
	contribuinte;	
1.11.	.2.4. Extrato de fornecedores que	
	conste todos os empenhos,	
	liquidações e pagamentos,	
	incluindo as retenções	
	efetuadas, consolidando os	
	saldos a liquidar e a pagar;	
1.11.	3	
	orçamentária;	
1.11.	3	
1.11.		
	licitações em qualquer fase.	
	Qualquer documento gerado	
	nas licitações pode ser	
	divulgado imediatamente após	
	a geração, sem a necessidade de gerar arquivos ou copiá-los	
	para pastas específicas;	
1.11.		
1.11	carnês;	
1.11.3.	Abertura de processos pela internet;	
	ributação e Divida Ativa	
	<u> </u>	
1.12.1.	Cadastro geral de contribuintes,	
	integrado com a contabilidade,	
	permitindo que uma pessoa possa ter	
	somente um cadastro em toda a	
	prefeitura;	
1.12.2.	Cadastro de imóveis, com os campos	
1.10	configuráveis pela prefeitura;	
1.12.	2.1. Um terreno pode ter várias	
	construções, sem a necessidade de cadastrar imóveis diferentes;	
1.12	•	
1.12.	proprietários, mantendo o	
	histórico das alterações;	
1.12.3.	Cadastro de empresas e autônomos.	
1.12.3.	As empresas são classificadas pelo	
	CNAE e os autônomos pela tabela de	
	CBO;	
1.12.4.	Cadastro do contrato social das	
	empresas, controlando os sócios e	
	suas participações e mantendo o	
	histórico das informações;	
1.12.5.	Histórico de anotações e observações	
	por imóveis e empresas;	
1.12.6.	Lançamento de IPTU, taxas de serviços	

PASSANDES FINANCIA INC.

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

	urbanos, ISSQN, taxas de exercício de poder de polícia, contribuição de		
	melhorias e receitas diversas. Os		
	lançamentos devem ser precedidos		
	de simulações que não interferem na		
	dívida mobiliária e não interferem nas		
	tabelas ativas. A partir de uma		
	simulação é possível realizar o		
	respectivo		
1.12.7.	Ao efetivar o lançamento, não		
	poderá mais ser possível alterá-lo, a		
	não ser via cancelamento, de		
	maneira a fazer constar na		
	contabilidade os lançamentos		
	devidos mantendo a coerência entre		
1 12 0	a contabilidade e a tributação;		
1.12.8.	Emissão de carnês - com código de barras padrão Febraban ou fichas de		
	compensação e controle de		
	recebimentos com caixa		
	automatizado e integração com		
	Contabilidade;		
1.12.9.	Baixas a partir de arquivo de retorno		
	dos bancos;		
1.12.10.	Baixas lançadas e atualizadas "on-line"		
	permitindo a impressão de negativas		
	no instante seguinte ao registro do		
	pagamento, sem processamentos "em		
	lote" e sem dados redundantes.;		
1.12.11.	•		
	ativa por contribuinte, por		
1 12 12	exercício/tributo;		
1.12.12.	Configuração de tabelas de acordo com a legislação tributaria do		
	Município;		
1 12 13	Atualização monetária, juros e multa		
1.12.13.	calculados no momento da utilização,		
	sem a necessidade de processamento		
	periódico com a parametrização da		
	forma de acréscimos pelo		
	administrador.		
1.12.14.	Possibilidade de efetuar tantos		
	parcelamentos ou reparcelamentos		
	quantos a legislação municipal		
	permitir, sem a perda dos históricos;		
1.12.15.	Emissão de extratos analíticos		
1 10 16	consolidados por contribuinte;		
1.12.16.	Exportação de arquivo do diário de		

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

	arrecadação integrado com a contabilidade nos moldes definidos			
	pelo SIM-AM do TCE-PR;			
1.12.17.	Possibilidade de o contribuinte emitir			
	certidões na Internet;			

2. Condições de 3. O prazo de ex	ecução: 12 me	ses.	ŕ
4. O prazo de va	lidade da propo	osta é de	·
	, em	de	de 201 <i>6</i>

Atenciosamente,

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal, carteira de identidade, número e órgão emissor)



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO IV ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

TOMADA		os, para os COS n.º,			•	•			
						cnico e/o			
Sr			visitou	u e tomo	ou conhe	cimento d	a Sist	emático	a de
conhecim obrigatóri	nento de os, com _l	tura de Red toda doci patibilidades , conforme c	ument das	ação p funcior	ertinente nalidades	e mode descritas	los d	le relato	ório:
		, em _		de _		de 201 <i>6</i>	5		

Técnico Designado



CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO V DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

(razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ)

A Empresa			, i	nscrita	no Ch	۷PJ n°
·	seu represen					
Carteira de Identidade	•	•				. ,
DECLARA sob as per						
responsabilidade pela						
apresentados e pela co					•	
técnicos exigidos no Ter	•					-1
O						
Por ser expres	ssão da verdo	ade, firmamos	j.			
	, em	de	de	2016		
•	me e assinatu	•	· ·)		
(carteira de i	dentidade, ni	úmero e órgã	o emissor)			

A LONG THURS THE STATE OF THE S

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO VI

(razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A Comissão de Licitação
Ref.: Tomada de Preços nº/2016.
O signatário da presente, em nome da empresa, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas na Tomada de Preços nº/2016, em consideração e nos respectivos anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a obra e/ou os serviços.
O signatário da presente declara, também, em nome da referida proponente, total concordância com a decisão que venha a ser tomada quanto à adjudicação objeto da presente licitação.
Declara, ainda, para todos os fins de direito a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, parágrafo 2º e art. 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
(carimbo, nome e assinatura do responsável legal) (carteira de identidade, número e órgão emissor)



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO

Ref.: Tomada de Preço nº ____/2016.

Contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO PR e a empresa

Pelo presente instrumento particular celebram entre si, de um lado, O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, sediado no Edifício da Prefeitura Municipal, á Av. Remis João Loss, nº 600, inscrito no CNPJ/MF n° 01.619.323/0001-20, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Oziel Neivert, residente e domiciliado na localidade Rural de Bituva dos Lúcios, município de Fernandes Pinheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.191.322-5-PR e do CPF/MF sob n° 505.656.999-20, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: xx, inscrita no CNPJ nº. xx, neste ato representada pelo Sr. xx, brasileiro, xx, xx, portador da Carteira de Identidade nº. xx/xx, inscrito no CPF n°. xx, residente e domiciliado na xx, n°. xx, xx, xx, doravante denominado CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores, assim como pelas condições da Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 019/2016 -PMFP, bem como nos termos da proposta apresentada pela Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE E SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO 01 DO REFERIDO EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

Item			Unidad e	Preço Mensal	Preço total
1	1.13. Contabilidade, Orçamento Anual, Plano	12,00	MS	R\$	R\$



Plurianu	al, Controle Patrimonial.		
1.13.1.	Todos os módulos do item 1.1 devem ser		
1.13.11	perfeitamente integrados e com dados na		
	mesma base. Devem estar na mesma		
	table-space todas as informações das		
	entidades controladas em todos os		
	exercícios, sem a necessidade de mudar		
	de base para consultar exercícios diversos;		
1.13.2.	Projeção da receita orçamentária (LRF -		
1.13.2.	Lei 101 – art. 12);		
1.13.3.	Atender integralmente à exportação de		
1.13.3.	arquivos previstos no leiaute do SIM-AM,		
	referente ao sistema captador de		
	informações para prestação de contas do		
	TCE/PR, para os itens Tabelas Cadastrais,		
	Módulo Planejamento e Orçamento,		
	Módulo Contábil, Módulo Tesouraria,		
	Módulo Patrimônio, Módulo Obras		
	públicas;		
1.13.4.	A exportação de arquivos do leiaute do		
1.15.1.	SIM-AM deverá estar separada em		
	módulos e periodicidade previstos neste		
	arquivo, facilitando o controle dos arquivos		
	a serem gerados;		
1.13.5.	Cadastro único de pessoas, integrado		
1110101	com os demais sistemas, atendendo todos		
	os requisitos previstos no leiaute do SIM-		
	AM;		
1.13.6.	Cadastro único de todas as leis/atos,		
	integrado com os demais sistemas,		
	atendendo os requisitos previstos no		
	leiaute do SIM-AM.		
1.13.7.	Elaboração e controle do plano plurianual,		
	com vinculação entre o orçamento e PPA;		
1.1	3.7.1. Cadastro de programas com		
	objetivos, metas e indicadores,		
	permitindo o uso de vários		
	indicadores por programa, onde		
	são informados separadamente –		
	em campos distintos – o nome do		
	indicador e sua unidade de		
	medida, o valor de medida atual, a		
	meta a ser alcançada e a medição		
	real;		
1.1	3.7.2. Cadastro de ações com objetivos,		
	aplicação de recursos anuais,		
	produto e unidade de medida com		
	seu valor atual, e		
	acompanhamento anual da meta		
	física alcançada e valor realizado;		
1.1	3.7.3. O cadastro de Programas,		
- 1	Indicadores e Ação deverá ter o		

	controle de inclusão e demais tipos		
	de movimento previsto no leiaute		
	do SIM-AM, gerando o Movimento		
	automaticamente e atender as		
	regras de controle previsto neste		
	leiaute. Deverá manter na base o		
	registro de todos os movimentos e		
	não somente o último;		
1.13.7.4.	Vinculação das ações com os		
	respectivos programas, conforme		
	especificação no leiaute do SIM-		
	AM;		
1.13.7.5.	O cadastro dos Programas e Ações		
	deverá ser separado por escopo		
	(PPA, LDO, ECA, PMS) com		
	numeração distinta, e ter a		
	possibilidade de vinculação dos		
	mesmos entre os escopos, e a		
	identificação dos não		
	correlacionados conforme as regras		
	previstas no leiaute do SIM-AM;		
1.13.7.6.	Identificar os programas e ações		
	cadastrados no escopo PPA, que		
	tenham aplicação na LDO e fazer a		
	vinculação automática entre estes		
1 12 0 Emis	escopos.		
	são de todos os anexos exigidos pela 1.320 relativos ao orçamento e balanço		
	al na periodicidade desejada –		
	nsal, anual ou entre meses quaisquer,		
	casos em que o relatório torne esta		
	ão possível, indicando o primeiro e		
últin			
1.13.8.1.	Todos os relatórios devem ter a		
1.13.0.1.	opção de ser emitidos consolidados		
	com as entidades de um mesmo		
	banco de dados;		
1.13.9. Cac	dastro de tipos de documentos,		
	figurando a exigibilidade de cada um		
	a as diversas fases da despesa,		
pod	endo em caso de o fornecedor não		
poss	suir os certificados de regularidade,		
igno	orar, emitir aviso ou impedir:		
1.13.9.1.	A apuração da licitação;		
1.13.9.2.	Homologação da licitação;		
1.13.9.3.	Estabelecimento do contrato;		
1.13.9.4.	Requisição de compra;		
1.13.9.5.	Requisição de empenho;		
1.13.9.6.	Empenho;		
1.13.9.7.	Liquidação;		
1.13.9.8.	Previsão de pagamento;		
1.13.9.9.	Pagamento;		
1.13.10. Os c	documentos emitidos pelo sistema,		



		-	
	como Empenho, Liquidação e Ordem de		
	Pagamento, devem permitir a impressão		
	de assinatura scaneada do responsável;		
	Cadastro único de fornecedores,		
	ntegrado com cadastro único de pessoas,		
	compartilhado com contabilidade,		
	icitação e compras, Tributação,		
	orotocolo, patrimônio e frotas;		
	Controle de vencimento dos documentos		
	dos fornecedores;		
	Cadastro de Obras e Intervenção.		
1.13.14.	Atender o plano de contas e os relatórios		
	orevistos na PORTARIA MPS Nº 509, DE 12		
	DE DEZEMBRO DE 2013.		
1.13.15.	Movimentação mensal com lançamentos		
	ntegrados e "on-line"";		
1.13.1			
1.13.1	liquidações, em documentos		
1	distintos e tabelas separadas;		
1.13.1	·		
1.13.1	de empenho conforme previsto no		
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
	leiaute do SIM-AM;		
1.13.1			
	vencidas não poderão receber		
	empenho;		
1.13.1	' ' '		
	pagamentos, em documentos		
	distintos e tabelas separadas;		
1.13.1			
	nas liquidações com crítica		
	obrigando o total dos documentos		
	fiscais a ser o mesmo do valor da		
	liquidação, impedindo o progresso		
1 12 1	do processo;		
1.13.1			
1	liquidação, conforme leiaute SIM		
	AM vigente, com possibilidade de		
1	integração com movimento do		
	almoxarifado;		
1.13.1	1 3 1		
	de pagamentos aos bancos a partir		
	de previsão de pagamento, nos		
1	leiautes cnab240 e OBN, com baixa		
	automática a partir do arquivo de		
	retorno do banco;		
1.13.1			
1.13.1	patrimoniais a partir dos empenhos		
1	e receita orçamentária;		
1 12 1			
1.13.1	3		
	consignação a partir dos		
1	pagamentos, integrando as		
	retenções e movimentação		
	bancária;		
		 	-



		 , , , , , , , , , , , , , , , , , , , 	
1.13.1	5.10. Qualquer lançamento pode aceitar		
	estornos parciais ou totais, com		
	reversão automática dos saldos;		
1.13.1	5.11. Geração dos lançamentos		
	contábeis e emissão do diário		
	contábil para o plano de contas		
	único instituído pelo TCE - PR bem		
	como pelas Instruções Técnicas,		
	conforme eventos definidos pelo		
	SIM-AM do TCE-PR;		
1.13.1	5.12. Geração de lançamentos contábeis		
	no subsistema de controle e		
	orçamentário previsto no PCASP e		
1.10.16	adotado pelo TCE/PR.		
	Restos a pagar:		
1.13.1	,		
	automaticamente quando da abertura do exercício;		
1.13.1	•		
1.13.1	cronológica de liquidação e		
	pagamentos, e seus estornos, de		
	restos a pagar e do exercício,		
	conforme leigute do SIM-AM. Esta		
	numeração deverá ser gerada no		
	momento da gravação, sem		
	processo de renumerar.		
1.13.17.	Alterações orçamentárias permitindo		
	várias suplementações, cancelamentos de		
	diversas fontes no mesmo decreto;		
1.13.18.	Efetivação das alterações orçamentárias		
	somente por iniciativa do operador,		
	permitindo que a elaboração do decreto		
	não interfira na execução orçamentária;		
1.13.19.	Controle de suplementação por superávit,		
	controlando o saldo em separado no		
	momento do empenho, conforme		
	informação no empenho de grupo de		
	fonte do Exercício ou de Exercício		
	Anteriores, garantindo que não se		
	empenhe valor de Exercício Anteriores		
	maior do que foi suplementado por		
	superávit;		
	Cadastro de controle dos convênios;		
	Cadastro e controle das Subvenções		
	Sociais com a prestação de contas por		
	parte das entidades beneficiárias, a		
	prestação de contas por parte das		
	entidades beneficiárias deve ser pela web.		
	Controle dos recursos do Fundeb e demais		
	fontes de recursos e convênios, com a		
	emissão dos relatórios exigidos pelo		
	Tribunal de Contas do Paraná.		
	Lançamentos gerados automaticamente,	<u> </u>	



	sem o	a necessidade de redigitação;		
1.13.23.	Conti	role da programação financeira, por		
		os de conta definidos pela entidade,		
		rando os atos de definição da		
		ramação financeira, garantindo que		
		seja empenhado mais do que a		
		ramação permite, mesmo que exista		
		orçamentário disponível;		
1.13.24.		ração entre os módulos;		
1.13.25.		rtação dos dados gerados pelo		
1.13.23.		na de Tributação, gerando		
		nhecimento prévio dos direitos a		
		per (ativo), lançamento contábil de		
		ção de créditos em divida ativa,		
		ação da receita controlando se o		
		to estava reconhecimento		
		amente ou não, com possibilidades		
		stornos conforme metodologia da		
		ação de contas do tribunal.		
1.13.26.		rtação dos empenhos, liquidações,		
1.13.20.		ções (receita orçamentária e extra) e		
		esa extra orçamentária diretamente		
		stema de folha de Pagamento, bem		
		o os lançamentos patrimoniais de		
		nhecimentos dos passivos (13 salário,		
		s, etc.).		
1.13.27.		role patrimonial físico e contábil		
1.13.27.		rado, com as tabelas na mesma base		
	de de			
1.13.28.		ção de dados para entidades de		
1.13.26.	contr			
1 12	.28.1.	Geração de arquivos texto para		
1.13	.28.1.	publicação das contas públicas		
1 12	20.2	conforme instrução do TCU;		
1.13	.28.2.	Exportação para a Secretaria de		
1 12 20	Dc ~!-	Receita Previdenciária;		
1.13.29.		tro - "log" - das transações realizadas		
1.13.30.		perador; s as entidades devem estar na		
1.13.30.				
		na base, permitindo a emissão de		
1 12 21		órios consolidados;		
1.13.31.		oilitar o início da execução do		
		cício em fases, mesmo que o anterior		
1 12 22		esteja encerrado;		
1.13.32.		metrização de assinaturas por		
		ade orçamentária, nas notas de		
		enho, liquidação, pagamentos e seus		
		ectivos estornos;		
1.13.33.		metrização de Ordenador da		
		esa por unidade orçamentária, para		
		lação automática na geração do		
		enho, permitindo alteração quando		
	nece	ssário;		



1.14.	Licitaç	ão e Compras
1.14.1.		astro de fornecedores e contas de
	desp	esa compartilhados com a
	cont	abilidade. Não deve existir cópias,
	mas	acesso simultânea à mesma base de
	dad	OS;
1.14.2.	Cad	astro de produtos e serviços
		sificados em grupos e subgrupos;
1.14.3.		são de solicitações de compra de
		erial e serviços com as indicações das
		uções orçamentárias – órgão, unidade,
		eto ou atividade, natureza de
		pesa, fonte de recursos e
		plemento da natureza – respeitando
1 1 4 4		aldos orçamentários;
1.14.4.		rtura dos processos de compras com o
		mpanhamento de seus andamentos
		odo o processo, desde a requisição
		pagamento;
1.14.5.		trole dos processos licitatórios de
		eira que impeça o andamento se o
	•	esso não for deferido;
1.14.6.		bilidade de acompanhar a situação
		lotação (interligado com o sistema de
		ımento), lançando previsões na fase
	inicio	al do processo, e acompanhamento
	até (a fase de compras/empenho.
1.14.7.	O sto	atus do processo de compra ou do
	proc	esso licitatório, permitindo à pessoa
	inter	essada consultar a real situação e o
	loca	l onde se encontra, deve ser
	cons	sultado a partir da solicitação de
		pra original, tornando desnecessário
		necer os demais números de processo,
		ando ter em mãos o número da
		itação original;
1.14.8.		astro de licitações com geração dos
1.14.0.	edit	
1.14.9.		ação dos editais e demais
1.14.5.		umentos, a partir de modelos pré-
		nidos;
1.1		
1.1	4.9.1.	Os modelos devem ser alterados
		pelos operadores;
1.1	4.9.2.	Deve haver a possibilidade de haver
		mais de um modelo para cada
		documento, guardando em base
		todos os modelos criados;
1.1	4.9.3.	Cada documento deve ser
		automaticamente mesclado com
		as informações de processos e/ ou
		licitações, com dados de itens,



		-	1	l
	contas e outros que sejam inerentes			
	ao documento;			
1.14	.9.4. Todos os documentos emitidos			
	devem ser armazenados na base de			
	dados, permitindo uma rápida			
	recuperação no momento em que			
	for necessário;			
1.14.10.	Geração dos editais, anexos de demais			
	documentos a partir de modelos pré-			
	definidos com a gravação na base de			
1 1 / 1 1	dados dos documentos emitidos;			
1.14.11.	Cadastro de propostas com a emissão de mapa de apuração e indicação de			
	vencedores;			
1.14.12.	Leitura de propostas a partir de meio			
1.14.12.	magnético com geração automática dos			
	mapas;			
1.14.13.	Apuração das propostas por avaliação			
1.14.13.	global, por lote, por item, podendo ser			
	pelo menor valor ou pelo maior desconto;			
1.14.14.	Acompanhamento do pregão presencial			
	com o registro de todos os lances,			
	preservando todas as rodadas até a			
	seleção do vencedor;			
1.14.15.	Modalidade registro de preços, com o			
	controle das quantidades			
	licitadas/adquiridas;			
1.14	.15.1. A administração deve ter a opção			
	de comprar do fornecedor mais			
	atrativo no momento da aquisição,			
	podendo ou não ser o vencedor do			
	certame;			
1.14	.15.2. Deve ser possível adquirir certa			
	quantidade de produtos de um			
	fornecedor e o restante de outro,			
	mesmo que de proposta menos			
	vantajosa, quando o vencedor			
	compromete-se a vender apenas			
	uma parte do licitado.			
1.14.16.	Controle dos contratos, armazenando os			
	documentos, e controlando vencimentos			
	e saldos de quantidade e valor;			
1.14.17.	Possibilidade de emissão de requisições de			
	empenhos com integração com a Contabilidade e no momento do			
	empenho, só é necessário informar o			
	número da requisição correspondente			
	buscando automaticamente todas as			
	informações necessárias.;			
1.14.18.	Gravação de atestados de liquidação,			
1.17.10.	com a identificação do recebedor do			
	produto/serviço;			
1.14.19.	Publicação dos contratos na Internet no			
	. 22 24 do dos dos maios na miomorno		1	

	site da Entidade através do Portal da Transparência;
1.14.20.	Publicação dos editais e seus anexos na
	Internet, bem como as atas e documentos
	pertinentes, permitindo o download destes;
1.14.21.	Controle de Requisição de compras.
1.15.	Recursos Humanos e Folha Pagamento
1.15.1.	Cadastro de funcionários, servidores,
	agentes políticos e dependentes,
	controlando a situação destes;
1.15.2.	Cadastro de vantagens e descontos,
	parametrizando forma de cálculo e
1.15.3.	incidências; Cálculo conforme movimentação no
1.15.5.	período, com possibilidade de
	adiantamento;
1.15.4.	Controle de férias e licenças;
1.15.5.	Impressão de contracheques, impressão
	de cheques, integração com bancos e
	contabilidade, permitindo gerar
	empenhos, liquidações, previsões de
	pagamento, com suas retenções e geração de lançamentos de receita
	orçamentária e extra a partir das
	retenções;
1.15.6.	Pagamento através de meio eletrônico
	(EDI);
1.15.7.	Integração com RAIS e SEFIP, PASEP,
1.150	CAGED, DIRF e TCE-PR;
1.15.8.	Geração de arquivo de exportação para Sistema de Previdência – SIPREV;
1.15.9.	Geração de guias e relatórios para o
1.13.7.	Fundo de Previdência Municipal;
1.15.10.	Emissão de comprovantes de rendimentos
	e ficha financeira;
1.15.11.	Relatório permitindo a escolha dos dados
	cadastrais do servidor;
1.15.12.	Relatórios por centro de custos;
1.15.13.	Cadastro de tempo de serviço anterior, permitindo consultas aos tempos
	averbados e previsão da data de
	aposentadoria;
1.15.14.	Cadastro e emissão das fichas de
	compensação previdenciária;
1.15.15.	Emissão dos requerimentos de benefícios
1	de acordo com o INSS;
1.15.16.	Geração arquivos com dados para o
1 15 17	cálculo atuarial;
1.15.17.	Integração com entidades para empréstimos consignados;
	empresilmos consignados,

1.15.18. Impo	ortação de arquivo de relógio ponto;	ĺ
	astro de autônomos, adicionando os	
respe	ectivos valores na Guia do Sefip;	
1.15.20. Expo	rtação de arquivos para o Manad;	
	iação de desempenho;	
1.15.21.1.	Cadastro de grupos de avaliação;	
1.15.21.2.	Cadastro de itens a serem avaliados	
	e suas pontuações;	
1.15.21.3.	Emissão dos formulários;	
1.15.21.4.	Controle de frequência da	
1.10.21.1.	avaliação;	
1.15.22. Emiss	são de relatórios em PDF;	
	stro de transações - "log".	
	one de namedções leg .	
1.16. Contro	ole de Frotas	
1.16.1. Cad	astro de Veículos/Máquinas integrado	
	atrimônio.	
1.16.1.1.	Os veículos ou máquinas sob	
	controle do sistema de frotas devem	
	estar previamente cadastrados no	
	sistema de patrimônio e não devem	
	ser gravados novamente no sistema	
	de frotas;	
1.16.1.2.	Os valores de aquisição,	
	depreciação e baixa não podem	
	ser digitados no sistema de frota,	
	mas devem ser consultados por este	
	sistema;	
1.16.1.3.	Os veículos devem ser classificados	
	por espécie/marca/modelo;	
1.16.1.4.	Deve haver um cadastro de	
	categoria de habilitação mínima	
	para utilização do veículo.	
1.16.2. Cad	astro de motoristas integrado ao	
	astro de pessoas e servidores.	
1.16.2.1.	O motorista está inserido no mesmo	
1.10.2.1.	cadastro de pessoas da	
	contabilidade, com sua matrícula	
	do RH e não deve haver	
1.16.2.2	duplicidade de cadastro;	
1.16.2.2.	Cadastro de habilitação dos	
	motoristas com controles de	
1.16.2.2	vencimento;	
1.16.2.3.	Controle de pontuação de infração.	
	Cadastro das pontuações/situação	
	da CNH consultadas através do site	
	do DETRAN, com a pontuação	
	conferida de acordo com o tipo de	
	infração.	
	astro de fornecedores integrado com	
	ema de contabilidade com	
	ificação por atividade	

CNPJ 01619323/0001-20

1.1.	ata dina anta la varia de la v	1	
	stecimento, lavagem, manutenção,	1	
etc);		1	
	astro de acessórios.		
1.16.4.1.	Integrado com o cadastro de		
	produtos do sistema de licitações e		
1.16.40	compras;		
1.16.4.2.	Individualização dos acessórios,		
	atribuindo um código para cada		
	peça, permitindo seu rastreamento;		
1.16.4.3.	Controle da localização de cada		
11644	acessório nos veículos;		
1.16.4.4.	Controle da validade de cada		
	acessório, indicando sua troca,		
1.165	reparo ou recarga.		
	trole de abastecimento.		
1.16.5.1.	Pode ser externo, em postos		
	contratados por licitação ou		
	eventual, ou interno, na bomba do Município;		
1.16.5.2.	O combustível é um produto		
1.10.3.2.	cadastrado no sistema de licitações		
	e compras;		
1.16.5.3.	Quando o abastecimento se dá por		
1.10.3.3.	licitação, deve proporcionar o		
	controle de saldos, impedindo o		
	abastecimento fora dos limites.		
1.16.5.4.	As licitações de combustíveis são		
1110.0111	gravadas apenas no sistema de		
	licitações e compras e devem		
	apenas ser consultadas no sistema		
	de frotas;		
1.16.5.5.	Deve indicar as médias de consumo		
	e preços unitários de abastecimento		
	por veículo;		
1.16.6. Cad	astro de manutenção com		
ager	ndamento dos serviços e lançamento		
das	ordens serviço controlando os		
cons	umos;		
1.16.7. Con	troles de utilização de veículo por:		
1.16.7.1.	Motorista;		
1.16.7.2.	Destino;		
1.16.7.3.	Período;		
1.16.7.4.	Controle de hodômetro/horímetro;		
1.16.7.5.	Cadastro de multas;		
1.16.7.6.	Ocorrências diversas;	1	
1.16.7.7.	Agendamento prévio.	1	
	trole de pneus integrado com o	1	
	astro de produtos do sistema de		
	pras e licitações, individualizando	1	
	a pneu;	1	
	trole de localização dos pneus por		
	ulo e posição; trole das datas de recapagens dos		
1.10.10. COII	noic das datas de recapagens dos	1	

	pneu			
1.16.11.	Rastre	eamento da frota		
1.16	5.11.1.	Cadastro dos equipamentos de		
		rastreamento com identificação do		
		veículo em que está instalado;		
1.16	5.11.2.	Coleta dos dados transmitidos		
		através de GPRS, via UDP;		
1 16	5.11.3.	Visualização da posição de todos os		
1.10		veículos da frota em mapa;		
1 16	5.11.4.	Visualização de rota percorrida por		
1.10	<i>7</i> .11. 7 .	determinado veículo em mapa,		
		com indicação de variação de		
		velocidade com datas e horários de		
1.14		cada medição.		
1.16	5.11.5.	Os dados devem ser armazenados		
		diretamente em servidor próprio da		
		prefeitura e nunca em servidor do		
		fabricante do aparelho;		
1.16	5.11.6.	Provisoriamente, enquanto o		
		Município não disponibiliza estrutura		
		se servidor e internet para receber		
		estes dados a comunicação pode		
		ser feita com outro servidor, mas os		
		dados devem ser sincronizados com		
		a prefeitura em no máximo uma		
		hora após a recepção. Assim que a		
		administração providencie a		
		estrutura necessária, o histórico de		
		rastreamento deve ser repassado		
		imediatamente ao Município.		
1.16.12.	Expor	rtação de dados para o SIM-AM (TCE-		
1.10.12.	PR);	ração do addos para o onvi 7 m (roz		
1.16.13.	Relat	órios		
	5.13.1.	Abastecimentos de veículos: cálculo		
1.10).13.1.	de preço médio por litro, média de		
		consumo por veículo, modelo,		
1.12	12.2	marca, espécie;		
1.16	5.13.2.	Análise de consumo de combustível		
		em ordem decrescente de		
		consumo por modelo de veículo;		
1.16	5.13.3.	Despesas dos veículos: todas as		
1		despesas referentes a um período		
		(abastecimentos, impostos,		
		manutenção);		
1.16	5.13.4.	Utilização dos Veículos: período,		•
1.16	5.13.4.	Utilização dos Veículos: período, motorista, destino.		
1.16 1.16.14.				
	Em to	motorista, destino.		
	Em to	motorista, destino. odos os casos em que é exigido nas consulta de dados gerados por		
	Em to apen outro	motorista, destino. odos os casos em que é exigido		
	Em to apen outro deve	motorista, destino. odos os casos em que é exigido nas consulta de dados gerados por o subsistema, tal obrigatoriedade		
	Em to apen outro deve único	motorista, destino. odos os casos em que é exigido nas consulta de dados gerados por o subsistema, tal obrigatoriedade i-se a manter os dados em local		

	inter	net e intranet.
1.17.	Portal	da Transparência
1.17.1.	dos de r	e utilizar o mesmo banco de dados demais sistemas, sem a necessidade ealizar cópias periódicas ou cessamento em lote;
1.17.2.		e permitir as consultas:
1.	17.2.1.	Certidões de pessoas físicas e jurídicas referente a todos os tributos;
	17.2.2.	Validação das certidões emitidas, a partir de código de segurança impresso nos documentos;
1.	17.2.3. 17.2.4.	Protocolos abertos pelo contribuinte; Extrato de fornecedores que conste todos os empenhos, liquidações e pagamentos, incluindo as retenções efetuadas, consolidando os saldos a liquidar e a pagar;
1.	17.2.5.	Relatório da execução
1	17.2.6.	orçamentária; Relação de salários por função;
1.	17.2.7. 17.2.8.	Todos os documentos de licitações em qualquer fase. Qualquer documento gerado nas licitações pode ser divulgado imediatamente após a geração, sem a necessidade de gerar arquivos ou copiá-los para pastas específicas; Emissão de segunda via de carnês; rtura de processos pela internet;
		·
1.18.	Iributo	ação e Divida Ativa
1.18.1.	com pess	dastro geral de contribuintes, integrado n a contabilidade, permitindo que uma soa possa ter somente um cadastro em a a prefeitura;
1.18.2.	Cac	lastro de imóveis, com os campos figuráveis pela prefeitura;
1.	18.2.1.	Um terreno pode ter várias construções, sem a necessidade de cadastrar imóveis diferentes;
1.	18.2.2.	Um imóvel pode ter vários proprietários, mantendo o histórico das alterações;
1.18.3.	emp autá	lastro de empresas e autônomos. As presas são classificadas pelo CNAE e os promos pela tabela de CBO;
1.18.4.		lastro do contrato social das empresas, trolando os sócios e suas participações



CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail:	licitacao	@fernanc	lespinhe	iro.pr.gov.br

1		1		
	e mantendo o histórico das informações;			
1.18.5.	Histórico de anotações e observações por			
	imóveis e empresas;			
1.18.6.	Lançamento de IPTU, taxas de serviços			
	urbanos, ISSQN, taxas de exercício de			
	poder de polícia, contribuição de			
	melhorias e receitas diversas. Os			
	lançamentos devem ser precedidos de			
	simulações que não interferem na dívida			
	mobiliária e não interferem nas tabelas			
	ativas. A partir de uma simulação é			
	possível realizar o respectivo			
1.18.7.	Ao efetivar o lançamento, não poderá			
	mais ser possível alterá-lo, a não ser via			
	cancelamento, de maneira a fazer constar			
	na contabilidade os lançamentos devidos			
	mantendo a coerência entre a			
	contabilidade e a tributação;			
1.18.8.	Emissão de carnês - com código de barras			
	padrão Febraban ou fichas de			
	compensação e controle de			
	recebimentos com caixa automatizado e			
	integração com Contabilidade;			
1.18.9.	Baixas a partir de arquivo de retorno dos			
	bancos;			
1.18.10.	Baixas lançadas e atualizadas "on-line"			
	permitindo a impressão de negativas no			
	instante seguinte ao registro do			
	pagamento, sem processamentos "em			
1 10 11	lote" e sem dados redundantes.;			
1.18.11.	Deve ser possível inscrever em dívida ativa			
1 10 12	por contribuinte, por exercício/tributo;			
1.18.12.	Configuração de tabelas de acordo com			
1.18.13.	a legislação tributaria do Município; Atualização monetária, juros e multa			
1.16.15.	calculados no momento da utilização, sem			
	a necessidade de processamento			
	periódico com a parametrização da			
]	forma de acréscimos pelo administrador.			
1.18.14.	Possibilidade de efetuar tantos			
1.10.14.	parcelamentos ou reparcelamentos			
	quantos a legislação municipal permitir,			
	sem a perda dos históricos;			
1.18.15.	Emissão de extratos analíticos			
	consolidados por contribuinte;			
1.18.16.	Exportação de arquivo do diário de			
	arrecadação integrado com a			
1	contabilidade nos moldes definidos pelo			
]	SIM-AM do TCE-PR;			
1.18.17.	Possibilidade de o contribuinte emitir			
	certidões na Internet;			
1	COLLIGION IN MINORION,			



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

CLAUSULA TERCEIRA PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência e Execução do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da administração, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- **b)** dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

4.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o serviços do objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- **b)** atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- **c)** manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- **d)** apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- **4.3**. A Contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

- **5.1** O pagamento será efetuado em até 20 (VINTE) dias, após o mês subsequente a prestação dos serviços mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminando de forma clara e explícita o objeto, como as necessárias anotações da prestação, depois de verificado o atendimento integral, mediante aposição de "ATESTO" no corpo da respectiva nota fiscal ou fatura, firmado pelo servidor responsável.
- **5.1.2** Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal deverá ser acompanhada das Certidões Negativas do INSS e FGTS.
- **5.1.3** O Município de Fernandes Pinheiro efetuará o desconto do valor relativo aos tributos, conforme legislação vigente.
- **5.1.4** Deverá constar na Nota Fiscal o Número da Licitação, do Contrato, e se houver, do Termo Aditivo.



CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109

e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- 5.1.5 Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.
- 5.1.6 A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 25 de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subseqüente.
 - Dotação Orçamentária:

05 SECRETARIA DE FINANÇAS 05.001 SECRETARIA DE FINANÇAS 04.123.0201.2007 MANTER A SECRETARIA DE FINANÇAS 3.3.90.39.11.00 LOCAÇÃO DE SOFTWARES 00370 00000 Recursos Ordinários (Livres)

CLAUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE:

- 6.1 O reajuste poderá ocorrer após o prazo de 12 meses, se decorrente de aditivo de prazo, considerando o índice INPC do período.
- 6.2. As alterações do contrato serão realizadas por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 7.1 A execução do contrato, objeto da licitação, poderá ser suspenso ou rescindido nos casos previstos na Lei de Licitações, como também nos seguintes casos:
- Pelo Município de Fernandes Pinheiro, quando for por este julgado que o Contratado esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao contrato ou pela não observância das normas legais;
- c) Por relevante interesse do Município de Fernandes Pinheiro-PR, devidamente justificado.
- 7.2. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.
 - 7.3 A rescisão poderá ainda ocorrer quando houver:
- a) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.
- b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

- **8.1.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.
- **8.2.** A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR.
- **8.3.** Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA NONA- DAS PARTES INTEGRANTES

- **9.1**. As condições estabelecidas no TOMADA DE PREÇO sob nº 019/2016 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.
- **9.2.** Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela PREFEITURA e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 10.1 - A fiscalização ficará a cargo do servidor ______, RG: ______, CPF: ______, residente à Rua: ______, n°___, Bairro ______, CEP ______ Nomeado pela Portaria ______, para tanto instituído, "permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição" (art. 67 da lei 8666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.
- **11.2.** Faz parte integrante, o edital do TOMADA DE PREÇO nº 019/2016. e a proposta de preços conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais documentos da licitação que sejam pertinentes, aplicandose-lhe todos os seus dispositivos naquilo que não contrariar as presentes disposições.

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

11.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar o contrato e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TOMADA DE PREÇO nº 019/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

12.1. As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

FERNANDES PIN	HEIRO-PR,	de	de 2016.
Р	 refeito Munici _l	pal de Fern	 andes Pinheiro PR
Testemunhas:		Contratad	a
CPF n°			
CPF n°			



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO VIII MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO (PREFERENCIALMENTE POR INSTRUMENTO PÚBLICO)

(em papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereco eletrônico, telefone, fax, nome e assinatura do representante legal) REF. TOMADA DE PREÇOS Nº _____/2016. Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.º Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º..... nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a)...... portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º..... a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases Da **TOMADA DE PREÇOS Nº _____/2016**, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (N° 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preco, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PRESIDENTE, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outoraante.

> A presente Procuração é válida até o dia Local e data.

Assinatura Responsável legal

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

NOTA: APRESENTAR FORA DO ENVELOPE, NO INÍCIO DA SESSÃO

Função

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO Estado do Paraná

CNPJ 01619323/0001-20 Av.Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000 FONE/FAX (042) 3459-1109 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO IX MODELO TERMO DE RENÚNCIA

Prefeitura Municipal de FERNANDES PINHEIRO-PR

TOMADA DE PREÇOS Nº _____/2016

Por este Termo, e na melhor forma de direito e em especial diante do que dispõe o artigo 186 do Código de Processo Civil, e o artigo 109 da Lei 8.666/93, esta empresa empresa como renunciado tem, ao direito de recurso administrativo e ao prazo respectivo, pela sua inabilitação ou habilitação de outros proponentes quanto à documentação, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se a abertura dos envelopes seguintes dos proponentes habilitados. O representante da empresa, ainda declara que tem conhecimento das consequências da renúncia e assina abaixo para que surta todos os efeitos legais. local,de de 2016.	Nome do Repre	esentante Legal				
que dispõe o artigo 186 do Código de Processo Civil, e o artigo 109 da Lei 8.666/93, esta empresa empresa como renunciado tem, ao direito de recurso administrativo e ao prazo respectivo, pela sua inabilitação ou habilitação de outros proponentes quanto à documentação, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se a abertura dos envelopes seguintes dos proponentes habilitados. O representante da empresa, ainda declara que tem conhecimento das consequências da renúncia e assina abaixo para que surta	loco	ıl, de	de 201	6.		
	que dispõe o 8.666/93, licitação núme como renuncio pela sua inco documentaçã procedimento proponentes h conhecimento	artigo 186 do Communicación (CNPJ:) ero/2016, respecto de los concordars das consequência do Communicación (CNPJ:) ero/2016, respecto das consequência do Consequência (CNPJ) en de consequência de consequência (CNPJ) en de consequência de consequência (CNPJ) en de consequência (CNP	ódigo de Prodesta a modalidade o de recurso ac abilitação de ndo, em co ndo-se a aber esentante da	baixo assinad e Tomada de dministrativo e outros propo nsequência, tura dos enve empresa, aino	o artigo 1 a participo Preço, "RE ao prazo re conentes o com o llopes segua	09 da Lei empresa cante da ENUNCIA", espectivo, quanto à curso do uintes dos a que tem

CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7°, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

keterencia:
Prefeitura Municipal de FERNANDES PINHEIRO-PR
TOMADA DE PREÇOS Nº/2016
, inscrita no CNPJ/MF n°, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr(a), portador(a) do documento de
identidade RG nº, emitido pela SSP/_, e do CPF nº,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei
Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva, ainda, que emprega menor, a partir de quatorze anos, na
condição de aprendiz.
local, de de 2016.
Nome do Representante Legal
Função



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

L	DECLARO, so	ob as pe	nas da lei,	sem pre	juizo das	sançoes	e multas
previstas	neste	ato	convoco	atório,	que	а	empresa
			(d	enominaç	ção da	pessoa	jurídica),
CNPJ n°			_é microem	presa ou	empresa	de peque	eno porte,
nos termos	do enquad	ramento	previsto na	Lei Com	plement	ar nº 123,	de 14 de
dezembro	de 2006, cu	ijos termo	os declaro	conhecer	na ínte	gra, estar	ndo apta,
portanto, c	exercer o	direito d	e preferênc	cia como	critério	de deser	mpate no
procedime	nto licitatório	o do TO	MADA DE P	REÇOS N ^o	·/2	016, realiz	ado pela
•	Nunicipal de			=			·
L	ocal e data.			_			
Nome do re	do represent epresentante						
RG nº							



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE LEGAL E DADOS SOBRE A EMPRESA

		D	eclaramos	para	OS	devidos	fins	de dire	ito, na
qualic	lade de	Proponente d	do procedi	mento	licita	tório núr	nero		, sob a
-		le TOMADA D I	-						
que	o(a)	responsáve	l legal	do	pro	oponente	é	o(a)	Sr(a)
			, Portad	or(a) do	o RG	nº		€	e CPF n°
		·							
		D	eclaramos	ainda (outro	s dados (da em	presa:	
	NOME	DA FANTASIA	•						
		DE ATIVIDADE							
	10 0010	DE / (11 11 D) (DE		• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	•••••	••••••	•••••		
		P	or ser expre	essão do	a ver	dade, firr	namos	s a prese	nte.
		_				/		/	
	_	esentante Leg	jal						
Funçã	10								



CNPJ 01619323/0001-20
Av.Remis João Loss, 600 Centro
Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84535-000
FONE/FAX (042) 3459-1109
e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Nome: RG/CPF Cargo
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presentede
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº/2016, instaurado pelo MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO-PR, de que essa empresa recebeu e/ou obteve acesso a todos os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.
CNPJ: FONE/FAX: (0xx)
ENDEREÇO
PROPONENTE: